

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	3
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	4
-------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	5
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	
----------------------------------	--

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	7
--	---

3.7 - Nível de endividamento	8
------------------------------	---

3.8 - Obrigações	9
------------------	---

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	10
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	11
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	20
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	21
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	26
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	27
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	28
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	29
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	30
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	31
---	----

5.4 - Alterações significativas	37
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	38
---	----

6.3 - Breve histórico	39
-----------------------	----

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	40
--	----

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	41
--------------------------------------	----

7. Atividades do emissor

Índice

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	42
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	43
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	44
8.3 - Contratos relevantes	45
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	46
9. Ativos relevantes	
9.1.a - Ativos imobilizados	47
9.1.b - Ativos Intangíveis	48
9.1.c - Participação em sociedades	
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	50
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	51
10.2 - Resultado operacional e financeiro	63
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	69
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	70
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	74
10.8 - Plano de Negócios	75
10.9 - Outros fatores com influência relevante	76
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	77
11.2 - Acompanhamento das projeções	80
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	82
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	93
12.7/8 - Composição dos comitês	113
12.9 - Relações familiares	
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	122
13. Remuneração dos administradores	
13.2 - Remuneração total por órgão	123
13.11 - Remuneração máx, mín e média	

Índice

13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	125
14. Recursos humanos	
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	126
15.3 - Distribuição de capital	133
15.7 - Principais operações societárias	134
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Transações com partes relacionadas	135
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	153
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	154
17.2 - Aumentos do capital social	
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	
17.4 - Redução do capital social	
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	158
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	161
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	163
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	166
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	170
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	171

Índice

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	172
21.3 - Responsáveis pela política	173
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	174

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	02/07/2007		
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none"> • Auditoria das demonstrações contábeis anuais (Legislação Brasileira); • Auditoria das demonstrações contábeis trimestrais (Legislação Brasileira); • Auditoria das demonstrações contábeis anuais (IFRS); • Análise e certificação dos controles internos (Sarbanes-Oxley); • Tradução de Relatórios; • Revisão de Declaração de Rendimentos • Revisão trimestral das provisões do IR e CS s/lucro 		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria = R\$353,24mil; Outros serviços = R\$199mil		
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2007 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, sendo que a partir dessa data foi substituída pela KPMG-Auditores Independentes, que realizou os serviços de auditoria independente nos demais períodos de 2007 e nos exercícios de 2008 e 2009. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a Deloitte Touche Tohmatsu pela KPMG Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (031) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2010)

Exercício social (31/12/2009)

Exercício social (31/12/2008)

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 50% (cinquenta por cento) será distribuído, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Cia e a legislação aplicável;
- o saldo, após a retenção prevista em orçamento de capital e/ou investimento elaborado pela administração da Companhia, com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista e devidamente aprovado, será aplicado na constituição de reserva de lucros destinada à distribuição de dividendos extraordinários, nos termos do artigo 30 do Estatuto, até o limite máximo previsto no artigo 199 da Lei de Sociedade por Ações.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia. Eventualmente, de acordo com o disposto no item 3.4a, poderão ser distribuídos dividendos extraordinários.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, regulamentação especial aplicável, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Documento ainda não preenchido!

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Não ocorreu.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	7.222.663,00	Índice de Endividamento	1,95613300	Índice => Dívida líquida / Lajida Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea a) do Estatuto Social do emissor, conforme descrito abaixo: a) Manter o endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia. Índice => Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pela alínea b) dos parágrafos 7º e 9º do Estatuto Social do emissor, conforme respectivamente descrito abaixo: b) manter uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40% (quarenta por cento). Parágrafo Nono - As metas estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do § 7º acima poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites: b) relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (cinquenta por cento).
	0,00	Outros índices	2,16000000	
	0,00	Outros índices	0,52000000	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2010)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		53.799.055,64	490.649.220,19	128.445.172,63	765.493.582,25	1.438.387.030,71
	Quirografárias		1.941.761.124,28	2.041.574.501,55	762.197.214,65	1.038.743.128,81	5.784.275.969,29
Total			1.995.560.179,92	2.532.223.721,74	890.642.387,28	1.804.236.711,06	7.222.663.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Não temos outras informações que julgemos relevantes.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Estamos sujeitos a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos que captamos, o que poderá nos impedir de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia estatal, estamos sujeitos a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo CMN e pelo Banco Central. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se não atendermos a essas condições e parâmetros, poderemos enfrentar dificuldade para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação de nosso plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de operações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinarar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, nossa capacidade de endividamento fica novamente limitada o que poderá afetar negativamente a implementação do nosso plano de investimento.

Podemos incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

Nossa companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a nossa companhia. Nossas demonstrações financeiras consolidadas incluem provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço no valor total de R\$256.762 mil em 31 de dezembro de 2010 (excluindo as questões de natureza trabalhista, que é de R\$114.145 mil). Na hipótese de nossas provisões legais se revelarem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderia causar um efeito adverso em nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Além disso, qualquer resultado negativo relacionado a qualquer litígio poderia afetar adversamente nossa reputação.

Há restrições contratuais à nossa capacidade de endividamento.

Estamos sujeitos a certas restrições sobre nossa capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por parte da nossa companhia de quaisquer dessas obrigações contidas em nossos contratos de empréstimo, a totalidade do valor principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos contratos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. No passado, particularmente, em 2009 e em 2010, nós estivemos, algumas vezes, em não conformidade em relação às nossas obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo e, apesar de termos sido capazes de obter autorizações de nossos credores em relação a essa não conformidade, nenhuma garantia pode ser dada de que seremos bem-sucedidos em obter alguma autorização no futuro. O vencimento antecipado de nossas obrigações poderá prejudicar nossa situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (cross default) contidas em diversos de nossos contratos de empréstimo e de financiamento. A existência de limitações sobre nosso endividamento poderá nos impedir de celebrar novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Operamos sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil.

A Companhia, exceto para o ramo Aeronáutico, não possui seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicitamos propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, não solicitamos proposta para, tampouco contratarmos, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar nossas instalações, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Além disso, podemos incorrer em obrigações além dos limites previstos nas nossas apólices de seguros atuais. Não podemos garantir que nossas políticas de seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que essas políticas de seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados podem gerar custos adicionais inesperados e significativos para a Companhia, acarretando um efeito adverso em suas atividades e resultados operacionais.

Temos responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios dos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema (ou ONS), ou ao ONS propriamente dito, os mesmos deverão ser compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um critério final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia recebe nas Assembleias Gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados.

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o nosso negócio.

Praticamente todos os nossos empregados estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Celebramos acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de nossos empregados. Figuramos no polo passivo em reclamações trabalhistas instauradas por nossos empregados que se referem, de forma geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. Também somos parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de nossos contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. Em 31 de dezembro de 2010, nossas ações trabalhistas totalizavam, aproximadamente, R\$280 milhões e, nessa data, possuíamos uma provisão de aproximadamente R\$93 milhões (sem considerar os depósitos judiciais).. Em 2008 e 2009 não enfrentamos nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do acordo coletivo de 2010, passamos por 20 dias de greve dos empregados. A Empresa possui um Comitê de Emergência Operacional para momentos de crise. Este comitê foi acionado e possibilitou que o movimento grevista não prejudicasse o fornecimento de energia para a sociedade. Não possuímos seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções de atividades causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, poderemos enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a nossos empregados ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira e sobre nossa capacidade de manter os níveis normais de serviço ou operar nosso negócio da maneira que nossos consumidores esperam.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Podemos não ser capazes de concluir nosso programa de investimentos pretendido.

Nosso estatuto estabelece que poderemos utilizar até 40,0% de nosso LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização) em cada exercício social, em investimentos de capital e aquisições. Nossa capacidade para implementar esse programa de dispêndios para aquisição de ativo imobilizado depende de diversos fatores, incluindo nossa capacidade de cobrar tarifas adequadas por nossos serviços, nosso acesso ao mercado de capitais doméstico e internacional e uma gama de fatores operacionais e de outra natureza. Ademais, os planos de expansão de nossa capacidade de geração e transmissão estão sujeitos a processo licitatório regido pela Lei de Concessões. Não podemos garantir que teremos os recursos financeiros para concluir esse programa o que poderia afetar nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Podemos não ser capazes de receber o montante total de um recebível relevante devido pelo Governo Estadual.

Possuímos uma conta de recebíveis devidos pelo Governo Estadual, denominada Contrato de Cessão de Crédito de Saldo Remanescente da CRC, ou Conta CRC. Renegociamos e alteramos os termos da Conta CRC em algumas ocasiões e aportamos, em 27 de janeiro de 2006, os créditos da Conta CRC em um FIDC, adquirindo quotas subordinadas do Fundo, que correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores. O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em nossas projeções financeiras de longo prazo, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. O valor do FIDC é de R\$1.837 milhões em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$939 milhões referentes às quotas subordinadas e R\$898 milhões referentes às quotas seniores. Não podemos assegurar que os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC serão suficientes para a amortização das quotas seniores e subordinadas, podendo acarretar o exercício da nossa coobrigação em relação às quotas seniores.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Somos controlados pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de nosso acionista controlador, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da CEMIG. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das nossas ações ordinárias, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da CEMIG e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por quorum qualificado dos nossos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos. Não é possível analisar o impacto e os efeitos que isso possa causar sobre nós ou nos nossos resultados operacionais. As operações da CEMIG causaram e continuarão a causar impacto importante sobre o desenvolvimento comercial e industrial do Estado de Minas Gerais e sobre suas condições sociais. No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador da CEMIG para decidir se deveremos nos dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos nossos negócios e/ou resultados operacionais.

c. a seus acionistas

Nossa capacidade de distribuir dividendos está sujeita a limitações.

O fato de o investidor receber ou não dividendos depende de nossa situação financeira nos permitir ou não distribuir dividendos nos termos da legislação brasileira e da determinação, por parte de nossos acionistas, seguindo a recomendação de nosso Conselho de Administração, atuando discricionariamente, de suspender a distribuição de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

dividendos em razão de nossa situação financeira, adicionalmente ao valor da distribuição obrigatória exigida nos termos de nosso estatuto social, no caso das ações preferenciais.

Pelo fato de a CEMIG ser uma companhia holding que não exerce operações geradoras de receita que não as de suas subsidiárias operacionais, somente poderemos distribuir dividendos a acionistas se a CEMIG receber dividendos ou outras distribuições em espécie de suas subsidiárias operacionais. Os dividendos que nossas subsidiárias podem nos distribuir dependem de nossas subsidiárias gerarem os lucros suficientes em determinado exercício social. Os dividendos poderão ser provenientes do resultado do exercício, lucros acumulados de anos anteriores e reservas de lucros. Os dividendos são calculados e pagos de acordo com a Lei Brasileira das Sociedades por Ações e com as disposições constantes do estatuto social de cada uma de nossas subsidiárias reguladas.

d. a suas controladas e coligadas

Podemos ser penalizados pela ANEEL em função do descumprimento dos nossos contratos de concessão, e/ou autorizações concedidas a nós, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

Realizamos nossas atividades de geração, transmissão e distribuição nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da ANEEL e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias da nossa carteira, conforme o caso. A ANEEL poderá impor penalidades à nossa companhia caso deixemos de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por até dois anos;
- intervenção pela ANEEL na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar quaisquer de nossas concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da ANEEL, que, de acordo com a Resolução da ANEEL No. 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações. Não podemos garantir que a ANEEL não imporá multas nem revogará nossas concessões ou autorizações na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que venhamos a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar nossa companhia pelo valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos nossos contratos de concessão forem rescindidos por nossa culpa, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão de nossos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Atrasos na expansão de nossas instalações poderão aumentar significativamente nossos custos.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Atualmente nos dedicamos à construção de novas usinas hidrelétricas, eólicas, linhas de transmissão e subestações, bem como à avaliação de outros potenciais projetos de expansão. Nossa capacidade de concluir um projeto de expansão dentro do prazo e de determinado orçamento, sem efeitos econômicos adversos, está sujeita a vários riscos. Por exemplo:

- poderemos experimentar problemas diversos na fase de construção de um projeto de expansão (exemplos: embargos de obras, condições geológicas imprevistas, incertezas políticas e ambientais, liquidez dos parceiros, contratados e subcontratados);
- poderemos nos defrontar com desafios regulatórios ou legais que protelem a data inicial de operação de um projeto de expansão;
- nossas instalações novas ou modificadas poderão não operar à capacidade designada ou fora do prazo estabelecido;
- podemos não ser capazes de obter recursos suficientes para financiar nossos projetos de expansão;
- poderemos enfrentar questões ambientais e reivindicações da população durante a construção de usinas de geração, linhas de transmissão e subestações.

A ANEEL possui discricionariedade para estabelecer as tarifas que cobramos dos consumidores da Cemig D. Tais tarifas são determinadas nos termos dos contratos de concessão celebrados com a ANEEL em nome do Governo Federal e em conformidade com a competência decisória e regulatória da ANEEL.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária. Temos o direito de requerer a cada ano o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e nos permite repassar aos consumidores certas alterações em nossos custos que estejam fora de nosso controle, tais como o custo da energia elétrica que compramos e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição. Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos que visa identificar as variações de nossos custos, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos nossos reajustes de tarifa anuais, para compartilhar tais ganhos com os nossos consumidores. Também temos o direito de solicitar a revisão extraordinária das nossas tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Apesar dos nossos contratos de concessão estabelecerem que devemos manter nosso equilíbrio econômico-financeiro, não podemos garantir que a ANEEL estabelecerá tarifas que compensarão adequadamente nossa companhia e que nossas receitas e nossos resultados operacionais não serão prejudicados por tais tarifas.

e. a seus fornecedores

Não aplicável

f. a seus clientes

Não aplicável

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O nível de inadimplemento dos nossos consumidores poderá prejudicar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2010, a totalidade dos recebíveis da nossa companhia devidos por consumidores finais era de aproximadamente R\$2.718 milhões, correspondentes a 21,13% da nossa receita líquida em 2010, e nossa provisão para devedores duvidosos era de R\$555 milhões. Aproximadamente 12,24% dos recebíveis eram devidos por companhias do setor público. Podemos ser incapazes de cobrar valores devidos por diversos municípios e demais consumidores em mora. Caso tais dívidas não sejam total ou parcialmente liquidadas, sofreremos um impacto adverso sobre nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, o montante de dívidas que vier a superar a provisão para devedores duvidosos por nós constituída poderá causar um efeito adverso em nosso negócio, resultado das operações e condição financeira.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o nosso negócio.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação acerca de quaisquer atos futuros do governo, poderão gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade do mercado de capitais doméstico, afetando adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Caso as situações política e econômica se deteriorarem, poderemos enfrentar aumento de custos.

No início de 2011, tomou posse a nova presidente do Brasil. A presidente possui poderes consideráveis para determinar as políticas e ações governamentais relacionadas à economia brasileira e incertezas em relação a eventuais crises políticas podem contribuir para a instabilidade econômica. Isto pode aumentar a volatilidade do mercado dos títulos do Governo. Não é possível prever se o Governo, eleito em 2010 ou quaisquer governos sucessores terão um efeito adverso sobre a economia brasileira e, conseqüentemente, sobre os nossos negócios.

As incertezas com relação aos quadros econômicos e a política a ser adotada pelo novo presidente do Brasil também podem aumentar a volatilidade dos preços de mercado e ter um efeito significativo sobre a economia brasileira, os nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Estamos sujeitos a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal 10.848 de 15 de março de 2004, ou a Lei do Novo Modelo do Setor, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

A constitucionalidade da Lei nº 10.848/04 está sendo atualmente contestada no Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal ainda não proferiu decisão definitiva sobre a questão, estando, portanto em pleno vigor a Lei nº 10.848/04. Caso a Lei nº 10.848/04 seja considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o arcabouço regulatório introduzido pela Lei nº 10.848/04 poderá deixar de vigorar, fato que gerará incerteza sobre como e quando o Governo Federal conseguirá introduzir alterações no setor energético. Por conseguinte, não podemos avaliar no presente momento o impacto prejudicial que uma decisão acerca da constitucionalidade da Lei nº 10.848/04 teria sobre nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira futuros.

Não temos certeza da renovação de nossas concessões.

Conduzimos a grande maioria das nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal por períodos adicionais de até 20 anos, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha observado padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal - que é frequentemente orientado pela ANEEL - pela Lei de Concessões em relação a novos contratos de concessão e no que diz respeito à renovação de concessões existentes e, dada a ausência de precedentes de longa data explicitando como o Governo Federal pretende exercer seu poder discricionário, interpretar e aplicar a Lei de Concessões, não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer de nossas concessões poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Imposições e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à nossa companhia.

Nossas operações relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como à distribuição de gás natural estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou recusas dos pedidos de licenças por parte dos órgãos ambientais, bem como a nossa eventual impossibilidade de cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos durante os processos de licenciamento ambiental, podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir, conforme o caso, a construção e manutenção destes projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida - poderá, independentemente da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, (que não estão sujeitas a limites de quantidade) resultar na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como restrição de direitos e mesmo de liberdade podem ser aplicadas a pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Em relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais bem como proibir a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

companhia de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderiam afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A CEMIG está sujeita à legislação brasileira, que exige pagamento de compensação em relação aos efeitos poluidores de suas atividades. De acordo com a Lei Federal, promulgada em 2009, até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias em determinada quantidade, devendo ser avaliados pelas autoridades ambientais de acordo com a extensão do impacto ambiental do projeto. Algumas disposições da Legislação Estadual estabelecem que as medidas de compensação devam ser adotadas com efeitos retroativos a projetos concluídos antes da promulgação da legislação pertinente. A retroatividade dessas medidas está sendo questionada e ainda não está claro se vão ou não se aplicar. Ainda não avaliamos os efeitos que tal legislação terá na CEMIG, mas pode resultar em custos adicionais para a Companhia, o que poderá afetar nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. [Veja "Item: XXX"]

Além disso, as leis Estaduais exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural e as autoridades ambientais estão discutindo atualmente se essa exigência se aplica a empresas do setor elétrico. Se a Reserva Florestal Legal for aplicável a empresas do setor de energia elétrica, será exigido tanto para aqueles em construção quanto para aqueles a serem realizados no futuro.

Por fim, a adoção ou implementação de novas leis de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro podem exigir que nós realizemos dispêndios de capital adicionais ou que nós incorramos em despesas operacionais adicionais a fim de manter nossas operações atuais, restringir nossas atividades de produção ou que nós adotemos outras ações que poderiam ter efeito adverso sobre nossa condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, nossas companhias de geração de energia não estão autorizadas a vender energia diretamente para nossas distribuidoras. Dessa forma, nossas companhias de geração de energia vendem a energia em um mercado regulamentado, através de leilões públicos realizados pela ANEEL (o "Mercado Regulamentado", o "Ambiente de Contratação Regulado - ACR" ou o "Pool") ou no Ambiente de Contratação Livre (o "ACL"). A legislação aplicável permite aos distribuidores que celebrem contratos com as nossas companhias de geração de energia no âmbito do Ambiente de Contratação Regulado, reduzir a quantidade de energia contratada em alguns contratos até um determinado limite, expondo nossas companhias de geração de energia ao risco de não venderem a energia assim descontratada a preços adequados.

Além disso, realizamos atividades de comercialização através de contratos de compra e venda de energia, principalmente no ACL, por meio de nossas companhias de geração e comercialização de energia. Os contratos firmados no ACL podem ser com outros agentes de geração, comercialização e principalmente com os "Consumidores Livres", que são os consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW, os quais podem escolher seu fornecedor de energia. Contratos antigos com esse tipo de consumidor possibilitam a flexibilidade de comprar um maior ou menor volume de energia (de 5% em média) de nossas companhias em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Contratos recentes, assinados a partir de 2005, em geral, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia, mas o aumento das pressões da concorrência no mercado pode levar à volta desse tipo de condição contratual.

Além dos clientes livres mencionados acima, há uma classe de clientes denominada "Clientes Especiais", que são aqueles com demanda contratada entre 500kW e 3MW, que são elegíveis para aderirem ao mercado livre desde que comprem energia de fontes incentivadas, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas a biomassa ou usinas eólicas. A Cemig já realizava operações de venda desse tipo de energia a partir de alguns recursos próprios de geração alocados em determinadas empresas do grupo, mas, a partir de 2009, vem sendo incrementada a comercialização

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

desse tipo de energia incentivada e a empresa formou um portfólio de contratos de compra para ocupar um importante espaço no mercado brasileiro deste tipo de energia. Os contratos de venda a esse tipo de cliente possuem flexibilidades específicas para atendimento de suas particularidades e essas flexibilidades de consumo a menor ou a maior estão vinculadas ao comportamento histórico dessas cargas. Variações de mercado muito amplas, que excedam os limites históricos, podem gerar posições de curto prazo que podem ter impacto financeiro prejudicial aos nossos resultados.

Apesar da estratégia descrita na seção “Geração e Comercialização de Energia”, a falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado, podem afetar negativamente nossos resultados esperados. Adicionalmente, caso não consigamos vender todos os nossos recursos - nossa capacidade de geração própria adicionada aos contratos de compra - nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre, a capacidade não vendida será liquidada na CCEE, a preços de liquidação (Preço de Liquidação de Diferenças), ou PLD, que tendem a ser muito voláteis. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, nossas receitas e resultados operacionais poderão ser afetados adversamente.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não Aplicável

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Idem acima

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia Energética de Minas Gerais e suas Subsidiárias Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A figuram como partes em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos, que montavam em 31/12/2010, aproximadamente, R\$12,8 bilhões, dos quais R\$558 milhões estavam avaliados com “perda provável”, R\$4,5 bilhões com “perda possível” e R\$7,7 bilhões com “perda remota”.

Encontram-se relacionados neste relatório todos os processos administrativos e judiciais em andamento, de natureza Ambiental, Cível, Direito Administrativo, Regulatório e Tributário cadastrados no Sistema de Gestão de Processos Jurídicos – GPJuri, classificados como relevantes, de valores iguais ou superiores a R\$50 milhões, com a posição atualizada até 31/12/2010, cujas contingências de perda estão avaliadas como “provável” e “possível” e “remota”, critério utilizado para classificação de relevância, onde a CEMIG e as suas Subsidiárias figuram como partes Devedoras.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em Provável, Possível ou Remota, considerando os critérios determinados nas Instruções Contábeis – IC, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 de 26/10/2001, alterado pela Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, da ANEEL, que aplica à contabilidade regulatória todas as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, já aprovadas pela ANEEL, em especial o parágrafo 16 do CPC 25, sendo os montantes provisionados nos processos com avaliação de perda provável e nos de perda possível, conforme a seguir:

- quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e
- quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Informamos que, em decorrência da desverticalização pela qual passou a CEMIG, nos processos em que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) figura como parte, a sua substituição processual pelas subsidiárias integrais CEMIG Distribuição S/A (CEMIG D) e CEMIG Geração e Transmissão S/A (CEMIG GT), ocorre gradativamente e de acordo com o andamento processual, dependendo de deferimento pelo poder judiciário.

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos:

Processo de natureza Cível	
a. juízo	Processo nº 20043803009397-0 – Justiça Federal Uberlândia - MG - 1ª Vara
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 6ª Turma
c. data de instauração	25/11/2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica –

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	ANEEL e Cemig Distribuição S/A
e. valor envolvido	R\$110.728.558,10
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a CEMIG D e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda (por força da resolução 694/2003), requerendo a condenação da CEMIG no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente (para que a Cemig enquadre todos os consumidores residenciais, com consumo mensal de até 220 kWh, na tarifa de baixa renda; devolva os valores que excederam ou venham a exceder os critérios estabelecidos pela tarifa baixa renda e condena a ANEEL a proceder a fiscalização, fixando, ainda, multa diária de R\$1.000,00 no caso de descumprimento da decisão). Contudo, a CEMIG e a ANEEL interpuseram recurso de Apelação (recursos recebidos, pelo juiz a quo somente no efeito suspensivo). Cemig e ANEEL agravaram da decisão, visando obter efeito suspensivo em suas Apelações, o que foi deferido pelo TRF. Assim sendo, os efeitos da sentença estão suspensos até julgamento das peças recursais da Cemig e ANEEL. O valor da contingência é composto pela perda de arrecadação, por parte da CEMIG, durante 1 ano e a devolução por estimativa de valores cobrados (desde 2003 quando entrou em vigência a Resolução 694/2003), isso caso a sentença não seja alterada pelo TRF.
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processos de natureza Tributária

a. juízo	Processo nº 20063800022523-7 – Justiça Federal - Belo Horizonte - MG - 14ª Vara
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valor envolvido	R\$ 98.868.747,29
f. principais fatos	<p>No ano de 2006, a CEMIG e Subsidiárias pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre o qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerada pela Concessionária que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias, pelo que foram a CEMIG e as Subsidiárias notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos.</p> <p>Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG e suas Subsidiárias impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF.</p> <p>O escritório responsável pela condução do processo avaliou a contingência com base na jurisprudência do STJ, que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo coletivo, tem caráter indenizatório.</p> <p>Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio/2007 os Autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. A CEMIG interpôs Apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo em 28/03/2007, aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região.</p>
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

Processos de natureza Tributária

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

a. juízo	Processo nº 20063800021839-6 – Justiça Federal - Belo Horizonte - MG - 20ª Vara
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A Réu: Superintendente Regional do INSS/MG e outros
e. valor envolvido	R\$7 9.419.348,91
f. principais fatos	<p>Em 2006, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição realizaram pagamentos adiantados a alguns de seus empregados em troca dos direitos de tais empregados a futuros pagamentos, denominados como “Anuênio”. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que nossa opinião é que tal tributo não se aplica. Como resultado, recebemos notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, ingressamos com Mandado de Segurança e a despeito do pedido ter sido julgado improcedente em 1ª instância, nossa análise leva em consideração a natureza indenizatória desta verba e a ausência de jurisprudência específica no TRF-1 e no STJ.</p> <p>Em 30/06/2006, foi Impetrado Mandado de Segurança com Pedido de Liminar visando afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE) sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida.</p> <p>Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG e suas Subsidiárias impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações.</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>Em 03/03/2008, foi publicada sentença que denegou a segurança.</p> <p>Em 25/01/2008 foi protocolada Apelação pela CEMIG requerendo a reforma integral da sentença, para que seja reconhecido o direito das Apelantes de não reconhecerem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação da CEMIG tempestivamente interposta no efeito devolutivo.</p> <p>Os autos foram remetidos ao TRF-1 e atualmente encontram-se conclusos ao Desembargador Federal Luciano Tolentino, aguardando julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

a. Item Opcional

b. instância

A Cemig Distribuição S.A. não é parte em processos administrativos e judiciais, onde administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia figure como partes contrárias.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem processos classificados como sigilosos

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

A Companhia e as suas subsidiárias são partes em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Administrativos, de natureza tributária – Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil lavrou vinte e cinco Autos de Infração contra a Cemig Distribuição S.A, Cemig Geração e Transmissão S/A e a Companhia Energética de Minas Gerais, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas (participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, alíquota adicional – exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória). Foram lavrados, ainda, 6 Termos de Sujeição Passiva Solidaria. O montante do crédito tributário é de, aproximadamente, R\$317 milhões. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento, avaliando a perda como “possível”, sendo mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço.

Processos Administrativos e Judiciais, de natureza tributária – ICMS sobre TUSD e demanda

A CEMIG é ré em diversos processos administrativos e judiciais, ajuizados pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, solidariamente com diversos consumidores, nos quais se discute questões relativas à ICMS, que totalizavam o valor de, aproximadamente, R\$465 milhões, em 31 de dezembro de 2010. Algumas das questões discutidas nestes processos são relacionadas a não incidência do ICMS sobre a demanda contratada e não utilizada, limitando-se tal incidência ao montante de energia efetivamente consumida, nos quais a CEMIG tem requerido a sua exclusão da lide, tendo em vista que a sentença de mérito não produzirá efeitos em relação a ela, uma vez que a Companhia apenas cumpre a função legal de repassar aos cofres públicos estaduais o ICMS, sendo que em alguns desses processos o pedido tem sido favorável à Companhia, embora, ainda, sem julgamento do mérito. Outras questões se referem ao recolhimento do ICMS relativo às parcelas que compõem a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, visto que o valor do imposto incidente foi decotado, em cumprimento a liminares concedidas por meio de Mandados de Segurança impetrados pelos referidos consumidores. A contingência de perda, no âmbito administrativo, foi avaliada como “possível”, sendo mais provável que não do que sim que exista uma obrigação presente na data do balanço. Entretanto, a Companhia avalia ter chance de reversão destas decisões no âmbito judicial.

Processos Administrativos e Judiciais, de natureza tributária – ICMS sobre transações bilaterais

A CEMIG é ré, solidariamente com diversos consumidores, em diversos processos administrativos e judiciais, interpostos pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, por meio dos quais é cobrado o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia, Embora a CEMIG seja apenas coobrigada, as decisões no âmbito administrativo foram a ela desfavoráveis, tendo sido o lançamento de crédito tributário julgado procedente ou parcialmente procedente. O Estado de Minas Gerais vem executando judicialmente os referidos créditos, na maioria dos casos, apenas contra as empresas contribuintes. No entanto, os créditos tributários inscritos em dívida ativa podem constituir óbice para obtenção de certidão comprobatória de regularidade fiscal pela CEMIG, o que faz com que a Companhia interponha medida judicial preventiva com pedido de liminar, visando suspender a exigibilidade do crédito. Nesta matéria o montante envolvido é de R\$51 milhões, em 31/12/2010, e a chance de perda é possível, sendo mais provável que não do que sim que exista uma obrigação presente na data do balanço.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram contempladas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

c. hipóteses de cancelamento de registro

d. outras questões do interesse dos investidores

Item não aplicável, por tratar-se de Companhia nacional

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	2010	2009
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	113.632	158.272
Operações contratadas de hedge/swap	(45.425)	(66.831)
	<u>68.207</u>	<u>91.441</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos	8.817	11.577
Passivo Líquido Exposto	<u>77.024</u>	<u>103.018</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2011 será de 7,92% (dólar R\$1,80 e Euro R\$2,39). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial	Cenário Remoto Depreciação Cambial
------------------------------------	------------------------------------	-------------------------	---	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

			25,00%	50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	113.632	122.757	153.446	184.135
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(45.425)	(49.073)	(61.342)	(73.609)
	68.207	73.684	92.104	110.526
Euro				
Empréstimos e Financiamentos	8.817	9.438	11.798	14.157
Passivo Líquido Exposto	77.024	83.122	103.902	124.683
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	(6.098)	(26.878)	(47.659)

Risco de Taxa de juros

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2010. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	2010	2009
Ativos		
Aplicações Financeiras	455.673	194.592
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	(1.087.827)	(1.285.275)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Operações Contratadas de Hedge/Swap	(45.425)	(66.831)
	(1.133.252)	(1.218.444)
Passivo Líquido Exposto	(677.579)	(1.023.852)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2011 será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 10,66%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC 19,1250%
Ativos				
Aplicações Financeiras	455.673	513.771	528.296	542.820
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.087.825)	(1.226.523)	(1.261.197)	(1.295.872)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(45.425)	(51.217)	(52.665)	(54.112)
	(1.133.252)	(1.277.742)	(1.313.864)	(1.349.987)
Passivo Líquido Exposto	(677.579)	(763.971)	(785.569)	(807.166)
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(86.392)	(107.990)	(129.587)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os principais indicadores de “covenants” financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no exercício de 2010, demonstram o perfil de liquidez da Empresa.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da Cemig é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a Cemig adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez

Os prazos das aplicações em 31 de dezembro estavam assim alocados:

Prazos	
Liquidez imediata	74,50%
60 dias	12,80%

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

90 dias	6,00%
120 dias	0,80%
180 dias	5,50%
360 dias	0,40%
	100,00%

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.152	47.716	317.911	1.593.281	450.441	2.416.501
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	37.964	592.530	-	630.494
	7.152	47.716	355.875	2.185.811	450.441	3.046.995

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

As informações que julgamos relevantes já foram descritas neste formulário

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	04/08/2004
Forma de Constituição do Emissor	Por meio da Lei Estadual nº 15.290 como subsidiária integral da Cemig
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	05/09/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Cemig Distribuição – "Cemig D" foi constituída em 2004, em decorrência da desverticalização da Companhia Energética de Minas Gerais.

É responsável pelo atendimento a cerca de 18 milhões de pessoas em 774 municípios de Minas Gerais e pela gestão da maior rede de distribuição de energia elétrica da América Latina, com mais de 400 mil km de extensão.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

a. evento

Não ocorreu

b. principais condições do negócio

Não ocorreu

c. sociedades envolvidas

Não ocorreu

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não ocorreu

e. quadro societário antes e depois da operação

Não ocorreu

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não. Na verdade a Cemig Distribuição não está sujeita à Lei de Falência

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Companhia tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

A Cemig foi selecionada em 2010, pelo 11º ano consecutivo para compor a lista de empresas do DJSI World – Índice Dow Jones de Sustentabilidade. A Cemig se mantém no Índice desde sua criação, em 1999, sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse Índice. Nesse período a Cemig foi considerada também, como a líder mundial do setor elétrico nos períodos 2005/2006 e líder mundial do supersetor de “utilities” 2007/2008 e 2009/2010. O supersetor de “utilities” engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública.

Em 2010, a Cemig foi selecionada, pelo 6º ano consecutivo para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade da Bovespa – ISE, evidenciando seu atendimento ao compromisso de implantar as melhores práticas em termos de sustentabilidade. A Cemig está no ISE desde sua criação, em 2005.

Em 2010, a Cemig foi selecionada para compor o Índice Carbono Eficiente – ICO2, desenvolvido pela BM&FBovespa e BNDES, para o período 2010-2011. A Cemig aumentou a sua participação, em relação ao IBRX-50, de 1,196% para 2,275% correspondendo a 53,8% das ações das empresas do setor elétrico no ICO2.

A empresa foi classificada pela segunda vez consecutiva com status de “Prime” pela Oekom Research, agência de rating de sustentabilidade sediada na Alemanha. Como Prime, a Cemig se qualifica a receber investimentos de instituições – que atualmente representam 90 bilhões de euros – que levam em consideração os critérios de responsabilidade socioambientais da agência alemã.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

a. controladores diretos e indiretos

A Cemig Distribuição é controlada pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que por sua vez é controlada pelo Estado de Minas Gerais.

b. controladas e coligadas

Não há

c. participações do emissor em sociedades do grupo

Não há

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Não se aplica, não há participações.

e. sociedades sob controle comum

Não há.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve operação de reestruturação no grupo econômico.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Documento ainda não preenchido!

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação de importantes avanços que a Companhia vem realizando nos últimos anos, relacionados principalmente a busca da eficiência operacional e a melhoria dos indicadores de qualidade no atendimento a população do Estado de Minas Gerais.

Destaca-se o nosso Programa de Investimentos programado para o 2º ciclo de revisão tarifária da Companhia, no período de 2008 a 2013, em valor superior a R\$3,2 bilhões de reais, com o objetivo de expansão e principalmente reforma e melhoria das atuais redes de distribuição.

Além do montante mencionado acima, continuamos a investir no Programa Luz para Todos. As próximas etapas do Programa, com previsão de conclusão em 2011, permitirão a ligação de aproximadamente mais 100 mil novos consumidores, que somados aos consumidores já ligados em anos anteriores, equivale ao atendimento a mais de 300 mil novos consumidores, mais de 1 milhão de mineiros.

Somados os investimentos realizados no Programa Luz para Todos e demais projetos da Companhia, alcançamos um investimento em 2010 de R\$448 milhões.

Esses investimentos que estão sendo feitos pela Companhia já se refletiram em nossos indicadores de qualidade e atendimento da Cemig Distribuição em 2010. Conseguimos obter uma redução de 7,2% na duração das interrupções de energia e de mais de 20% no número de interrupções, representando uma melhor prestação de serviços para a população do Estado de Minas Gerais.

Fechamos o ano com um lucro de 441 milhões, que ajustado pelos itens não recorrentes, alcança R\$568 milhões e representa um decréscimo de 35,31% em relação ao ano anterior, quando também ajustado pelos itens não recorrentes. Deve ser ressaltado que esses resultados refletem as novas normas de contabilidade, com a baixa de todos os ativos e passivos regulatórios da Companhia. Da mesma forma, a geração de caixa, foi de R\$ 1.370 milhões, medida pelo Lajida e também ajustada pelos itens não recorrentes, apresentando uma redução de 23,51% em relação a 2009.

Na Cemig Distribuição a eficiência operacional é uma busca contínua. Temos o desafio de reduzirmos os nossos custos em um ambiente de demanda aquecida, com pressão sobre os custos de serviços e da mão de obra contratada. Nesse cenário, implementamos planos de desligamento voluntário nos anos anteriores que nos permitiram uma redução em nossa despesa com pessoal. Temos agora o desafio de consolidar esses ganhos através de disciplina financeira e que já em 2011 possamos obter resultados melhores que os obtidos em 2010.

Temos a expectativa que a economia brasileira continue a crescer em 2011, e a continuidade dos investimentos em infraestrutura, onde a disponibilização de energia que viabilize esses investimentos é fundamental. Entendemos que a CEMIG tem um papel relevante neste processo, como empresa de energia que atende a milhões de consumidores residenciais e parcela representativa das empresas do Estado de Minas Gerais.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e competência e, em especial, ao nosso acionista controlador, o Governo de Minas Gerais. E a integração dos esforços que fazem da CEMIG a melhor energia do Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

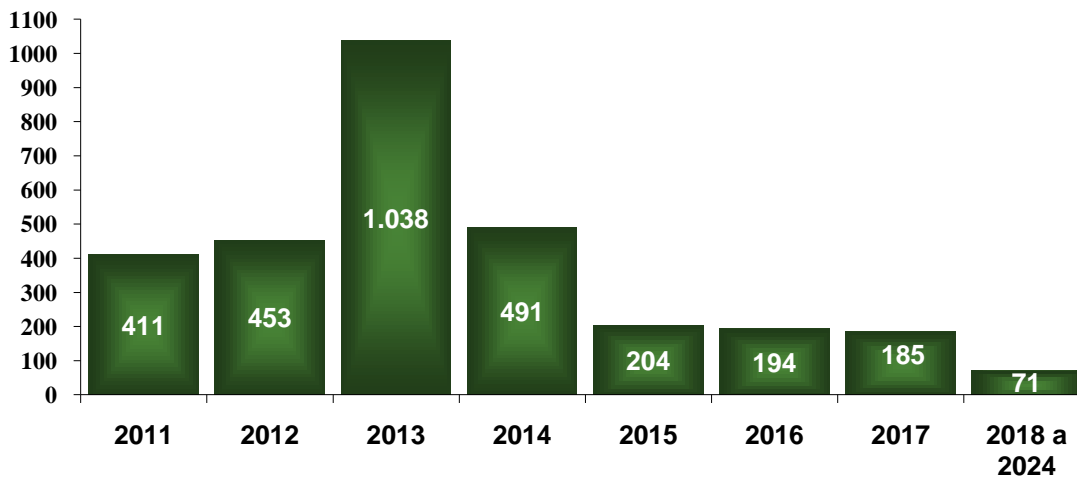
b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i) hipóteses de resgate;
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Empresa tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2010, por um endividamento de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, com 13,48% e 86,52% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente. Já em 31 de dezembro de 2009, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, com 16,33% e 83,67% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente. Já em 31 de dezembro de 2008, a estrutura de capital contemplava um endividamento de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, com 11,59% e 88,41% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente. Em vista disso, o endividamento da CEMIG D tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Empresa liquidez e flexibilidade operacional.

O endividamento da CEMIG D, em 31 de dezembro de 2010, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3,5 anos e pagamentos de até R\$1.038 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela CEMIG D no alongamento no perfil de sua dívida, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2010 (R\$ milhões)



O custo médio da dívida da CEMIG D tem se mostrado em níveis ao longo dos anos (7,35% a.a. a preços constantes em 31 de dezembro de 2010, 5,91% a.a. em dezembro de 2009 e 8,15% a.a. em dezembro de 2008), ressaltando-se a concentração da dívida em contratos indexados em CDI (35,7% do total em 2010, 49% em 2009 e 44% em 2008). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Empresa, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2010	2009	2008
EBITDA / Juros	4,52	4,48	4,69
Dívida Líquida / EBITDA	2,16	2,20	1,42
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	52%	47%	52%

Fonte: Companhia

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Deve ser ressaltada a capacidade de geração de caixa da Companhia, considerando que em 2010 gerou R\$1.025 milhões de disponibilidades em suas atividades operacionais, enquanto que em 2009, foram gerados R\$1.110 milhões e em 2008, R\$1.332 milhões (2010 e 2009 informados com o padrão contábil do IRFS).

O caixa da Companhia era de R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010, R\$246 milhões em 31 de dezembro de 2009 e R\$442 milhões em 31 de dezembro de 2008.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.544 milhões. Já em 31 de dezembro de 2009 a dívida líquida era de R\$2.370 milhões e em 31 de dezembro de 2008 era de R\$2.280 milhões. Em 2010, a geração de caixa obtida em um período de 2,16 anos é superior ao saldo devedor e em 2009 e 2008, tais valores significam que a geração de caixa obtida em um período de 2,2 e 1,4 anos, respectivamente, é superior ao saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

A dívida total está perfeitamente escalonada, com um prazo médio de vencimento de 3,5 anos. A parcela de curto prazo vencível no curto prazo é de R\$411 milhões, valor perfeitamente ajustado à geração de caixa da Companhia.

O passivo circulante era de R\$2.405 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.792 milhões em 31 de dezembro de 2009 (2010 e 2009 informados com o padrão contábil do IRFS). As principais obrigações referem-se a impostos, fornecedores e encargos regulatórios. Exceto em 2009, tais valores são inferiores ao ativo circulante da Companhia em cada ano, composto principalmente de contas a receber e ativos regulatórios.

Dessa forma, consideramos que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Em 2010, foram captados R\$904 milhões na Cemig Distribuição S.A., sendo R\$370 milhões através de operações de empréstimo garantido por duplicatas de venda de energia, R\$279 milhões através de rolagem de dívidas bancárias, R\$66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Pólo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Em 2009, foram captados R\$119 milhões na Cemig D, sendo R\$91 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, no âmbito da Resolução 2827 do BACEN, e R\$28 milhões através de financiamentos da Eletrobrás, para o Programa Reluz. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$56 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

Em 2008, foram captados R\$100 milhões na Cemig D, em condições bastante atrativas, através de um crédito do Banco do Nordeste. Os investimentos em distribuição contaram também com recursos da Eletrobrás, de quem foram captados pela Cemig D R\$76.472 mil, exceto recursos de subvenção (CDE), para o financiamento do Programa Luz para Todos, do Programa Cresceminas e do Projeto Reluz.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a CEMIG D uma subsidiária integral da CEMIG, essa uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2827, de 30/03/2001, do Banco Central, restam à CEMIG D as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos da Eletrobrás e de órgãos de fomento;
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Contratos Financeiros Relevantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A CEMIG D firmou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão e ampliação de suas redes de distribuição, para rolagem de dívida e para atender ao crescimento da demanda.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor da CEMIG D, nos termos de seus contratos financeiros, era de R\$3,0 bilhões. Segue tabela com os principais contratos financeiros nos quais a CEMIG D figurava como parte em 31 de dezembro de 2010.

FINANCIADORES	2010						2009	01/01/2009
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Reclassificado
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6.00	USD	20.942	41.655	62.597	87.205	117.025
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.772
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	10.299
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.320
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.797	42.238	51.035	66.775	93.868
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	EUR	-	-	-	4.292	17.410
KFW	2016	4,5	EUR	1.470	7.347	8.817	11.577	17.087
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	4.796
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	11.297
Dívida em Moeda Estrangeira				31.209	91.240	122.449	169.849	279.504
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.876	10.000	15.876	56.913	57.254
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	7.067	96.000	103.067	91.403	-
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	5.947	300.000	305.947	20.993	21.434
Banco do Brasil S.A	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494	102.079	104.835
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	50.782	97.889	148.671	304.752	307.426
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	38.477	66.217	104.694	138.529	141.197
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875	3.880	3.968
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.508	49.107	74.615	99.272	99.771
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-	29.270	29.283
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.057	120.434	191.491	253.126	258.554
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333	318.699	324.641
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638	445.946	427.784
ELETRORÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365	353.341	369.632
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.184	2.707	5.891	5.393	5.301
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.693	24.979	37.672	50.184	50.291
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.805	65.112	101.917	134.874	136.647
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-	37.851	104.950
Outros	2010	Diversas	R\$	-	-	-	65	196
Dívida em Moeda Nacional				379.534	2.545.012	2.924.546	2.446.570	2.443.164
Total Geral				410.743	2.636.252	3.046.995	2.616.419	2.722.668

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.
 (2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% a.a.; (3) CDI + 2,12% a.a.; e (4) CDI + 3,01% a.a.
 (5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Contratos em Moeda Estrangeira

Segue abaixo breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da CEMIG D, em 31 de dezembro de 2010:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ABN Amro Bank

Em 30 de junho de 2005, a CEMIG D e o ABN Amro Bank firmaram contrato de repasse de empréstimo externo no valor total de US\$50 milhões. O valor principal deste empréstimo será pago em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 21 de junho de 2010 e a última em 17 de junho de 2013. Sobre o saldo devedor incidem juros de 6% a.a. que deverão ser pagos semestralmente. Esse contrato possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado. Este contrato é garantido por aval da CEMIG. Foi associada a esse empréstimo uma operação de swap alterando o custo para CDI + 1,5% a.a. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$62,6 milhões.

Banco do Brasil (Plano Brady)

Em 30 de julho de 1998, a CEMIG firmou um contrato de confissão e consolidação de dívida com a União e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do programa de reestruturação da dívida externa brasileira (Plano Brady), com a interveniência do Banco do Brasil S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. Em decorrência da desverticalização da CEMIG, esse contrato foi alocado na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D e a CEMIG em 30 de março de 2005 e pelo “Termo de Cessão e Assunção de dívida e Terceiro Aditivo ao Contrato de Confissão e Consolidação de dívida firmado entre a União, a Companhia Energética de Minas Gerais...” celebrado em 11 de dezembro de 2008. Por ocasião da desverticalização, a CEMIG era devedora da União da quantia de R\$121,2 milhões, correspondente a obrigações decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazo perante credores externos, não depositadas no Banco Central do Brasil. A dívida é paga por intermédio do Banco do Brasil, acrescida dos seguintes encargos financeiros: (i) atualização monetária segundo a variação do dólar norte-americano à taxa de venda do dia; (ii) juros remuneratórios calculados sobre os saldos devedores diários previamente corrigidos, a taxas variáveis conforme o tipo de bônus atribuído. A totalidade da dívida e respectivos encargos serão pagos da seguinte forma: (i) principal - três dias úteis imediatamente anteriores a 15 de abril e 15 de outubro, respeitados os vencimentos iniciais, finais e únicos definidos para cada tipo de bônus: (a) amortização única ao final do 30º ano, em 11 de abril de 2024; (b) amortização única ao final do 30º ano, em 11 de abril de 2024; (c) 13 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2003 e a última em 10 de abril de 2009; (d) 21 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2004 e a última em 10 de abril de 2014; (e) 17 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 2004 e a última em 12 de abril de 2012; (f) 17 parcelas semestrais iguais, vencendo-se a primeira em 11 de abril de 2001 e a última em 10 de abril de 2009; (g) 19 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 10 de abril de 1997 e a última em 12 de abril de 2006, observados os seguintes percentuais calculados sobre o principal: 1% na 1ª à 7ª parcelas, 5% na 8ª parcela e 8% da 9ª à 19ª parcelas; (ii) garantias de principal, em forma de caução em dinheiro, dos bônus de desconto e bônus ao par: equivalentes a 16,91252686% e 16,54122697% dos totais dos bônus de desconto e bônus ao par, respectivamente, objeto deste financiamento, calculada em 15 de outubro de 1995 e exigível em 30 de novembro de 1995 (valor equivalente a US\$3,1 milhões e US\$4,3 milhões, respectivamente); (iii) juros remuneratórios - semestralmente, três dias úteis imediatamente anteriores a 15 de abril e a 15 de outubro de cada ano, vencida a primeira prestação em 12 de outubro de 1994 e vincenda a última prestação juntamente com a última parcela de principal do respectivo bônus (a União reconhece os

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamentos efetuados pela CEMIG e declara quitadas as obrigações referentes ao somatório das oito prestações iniciais de juros remuneratórios vencidas no período de 12 de outubro de 1994 a 8 de abril de 1998). O contrato tem vigência até 15 de abril de 2024, ou até que seja satisfeita toda a dívida. O saldo devedor do empréstimo, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$50,9 milhões.

KfW

Em 2 de setembro de 1996, a CEMIG firmou com a Kreditanstalt Für Wiederaufbau (“KfW”) um contrato de empréstimo no montante de DM20.000.000,00, com o objetivo de financiar bens e serviços destinados ao melhoramento do abastecimento de energia elétrica na região do Vale do Jequitinhonha. Em decorrência da desverticalização da CEMIG, os direitos e obrigações desse contrato foram transferidos contabilmente para a CEMIG D a partir de 01/01/2005. O processo de transferência dos direitos e obrigações desse contrato para a CEMIG D demandou um prazo longo, devido ao envolvimento da União como garantidora e do Estado como contragarantidor, o que exigiu um longo trâmite para as respectivas aprovações. O Instrumento de Cessão foi assinado por todas as partes envolvidas, com exceção do KfW, que exigiu um parecer da União e da CEMIG sobre a legalidade da operação, pareceres esses ainda não disponibilizados. O valor do empréstimo deverá ser totalmente amortizado até 31 de dezembro de 2016, mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e aproximadamente iguais, iniciadas em 31 de dezembro de 2001. Sobre o saldo devedor do empréstimo incidem juros à taxa de 4,5% a.a., pagos semestralmente. O contrato de empréstimo é garantido pelo Governo Federal, que se compromete como devedor solidário a garantir todas as obrigações da CEMIG D no contrato de empréstimo, nos termos de um contrato de garantia firmado entre o Governo Federal e o KfW e conta com a contragarantia do Estado de Minas Gerais. O saldo devedor desse empréstimo, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$8,8 milhões.

Contratos em Moeda Nacional

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da CEMIG D, em 31 de dezembro de 2009:

Banco do Brasil

A CEMIG D celebrou diversos instrumentos com o Banco do Brasil S.A., cujas descrições resumidas estão abaixo discriminadas:

Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.257

Em novembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de empréstimo destinados à rolagem de dívida no valor de R\$104,8 milhões. Em decorrência da desverticalização da CEMIG, 49,44% do respectivo saldo devedor foi alocado na CEMIG D por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a CEMIG D, a CEMIG (na qualidade de avalista) e o Banco do Brasil S.A. Os juros

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

incidentes sobre a operação foram de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento se deu em novembro de 2009, quando foi aditivado sendo o vencimento final prorrogado para novembro de 2012 e os juros incidentes sobre a operação passaram a ser de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, foi celebrado o 2º aditivo a esse contrato, rolado a parcela vencida em 2010 por mais 2 anos, alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$53,8 milhões.

Contrato de Abertura de Crédito Fixo 330.800.306

Em 2 de maio de 2005, a CEMIG D e o Banco do Brasil firmaram um contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$96,0 milhões, com vencimento previsto para 21 de março de 2013. Sobre o valor principal, incidem juros de 107,6% da variação do CDI. Esse contrato possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como devedor solidário a CEMIG, que também avalizou a nota promissória dada em garantia. O saldo devedor desse contrato, em 31 de dezembro de 2010, era de R\$103,1 milhões.

Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.377 e 330.800.379

Em outubro de 2006, a CEMIG D emitiu, a favor do Banco do Brasil S.A., duas Cédulas de Crédito Bancário no valor de R\$90 milhões cada uma, cujos recursos foram destinados à rolagem de dívida. Essas Cédulas, cujos termos e condições são idênticos, contaram com aval da CEMIG. Os encargos incidentes foram a 104,10% do CDI e a amortização se dará em outubro de 2014. O saldo devedor total dessas CCBs em 31 de dezembro de 2010 era de R\$183,6 milhões.

Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.634

Em dezembro de 2009, a CEMIG D e o Banco do Brasil firmaram um contrato de empréstimo no valor de R\$35,0 milhões para rolagem de parte da dívida vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e o respectivo pagamento será efetuado em 3 parcelas vencidas anualmente, com início em dezembro/2010 e término em dezembro/2012. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% do CDI. Em outubro de 2010, foi celebrado o 2º aditivo a esse contrato, rolado a parcela vencida em 2010 por mais 2 anos, alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$35,2 milhões.

Cédula de Crédito Comercial 20/04620-0 e Cédula de Crédito Comercial 20/04619-7

Em maio de 2010, a Cemig D realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$600 milhões, a uma taxa pré-fixada de 11,433 a.a., com vencimento em maio de 2013. Foram emitidas 2 Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$370,0 milhões e de R\$230,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da Holding, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2010 era de R\$630 milhões.

BRADESCO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em junho de 2004, a CEMIG D e o Banco Brasileiro de Descontos – Bradesco, celebraram um Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor de R\$123,1 milhões, garantido por Nota Promissória, com vencimento em junho/2005. Sobre o valor principal incidem juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 1,7% a.a.. Com o evento da desverticalização da CEMIG, os direitos e obrigações desse contrato foram cedidos para a CEMIG D, tendo como garantia o aval da CEMIG e a emissão de Nota Promissória. Esse Instrumento foi aditado, prorrogando o vencimento do principal da seguinte forma: 25% em junho de 2010, 25% em junho de 2011, 25% em junho de 2012 e 25% de junho de 2013. O saldo devedor desse empréstimo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$98,7 milhões.

Itaú BBA

Em junho 2005, a CEMIG D emitiu, a favor do Banco Itaú BBA, uma Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$41,1 milhões, destinados à rolagem de parte de sua dívida. Sobre o valor principal incidem juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 1,7% a.a. A amortização da dívida será em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, iniciando em junho de 2010 e finalizando em junho de 2013. Essa cédula possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado. O respectivo saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$32,8 milhões.

Banco Votorantim S.A.

Em setembro de 2005, a CEMIG D emitiu em favor do Banco Votorantim S.A. uma Cédulas de Crédito Bancário, no valor de R\$33,5 milhões, destinados ao pagamento de parte de suas dívidas. Sobre o valor principal, incidem juros compreendendo a variação do CDI mais spread de 1,7% a.a. A amortização da dívida será efetuada em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, iniciando em setembro de 2010 e finalizando em setembro de 2013. Essa cédula teve como garantia o aval da CEMIG. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$25,9 milhões.

Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela CEMIG D. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

Contrato ECFS-001/2004

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em abril de 2004, no valor total de R\$192,6 milhões, sendo R\$ 88,5 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$104,1 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados dois aditivos a esse contrato; um em janeiro de 2006, alterando a meta física e outro em janeiro de 2007, alterando o valor do financiamento para R\$92,0 milhões 5 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$108,2 milhões da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado), perfazendo um total de R\$200,2 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas 5 parcelas, perfazendo um total de R\$185,5 milhões, sendo R\$85,2 milhões, com recursos da RGR e R\$ 100,3 milhões, com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (agosto/2006), com vencimento final em agosto de 2016. O saldo devedor em dezembro de 2010 era de R\$49,3 milhões.

Contrato ECFS-005/2005

Em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6, sendo 214,4 com recursos provenientes da RGR e 252,2, provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9, com recursos da RGR e R\$227,0 com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$143,1 milhões.

ECFS-227/2008

Em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas 2 parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% a.a. e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% a.a, acrescidos 1% a.a. a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do termino da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$93,5 milhões.

Banco Santander S.A.

Em junho de 2005, a CEMIG D emitiu em favor do Banco Santander Brasil S.A. uma cédula de crédito bancário, no valor de R\$44,1 milhões, destinada ao pré-pagamento de dívidas de maior custo. Sobre o principal dessa cédula incidem juros compreendendo a variação de CDI mais spread de 1,7% a.a. O vencimento está previsto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para oito anos, sendo a amortização da dívida definida em quatro parcelas anuais, iguais e consecutivas, iniciando em maio de 2010 e finalizando em maio de 2013. Essa cédula possui as hipóteses usuais de vencimento antecipado e tem como avalista a CEMIG. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$33,1 milhões.

Unibanco

Em agosto de 2005, a CEMIG D e o Unibanco celebraram o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimo nº 733, disponibilizando um valor de R\$925 milhões para a rolagem da dívida da companhia. Desse valor, foram utilizados R\$85,9 milhões, liberados em diversos desembolsos por meio de cartas de adesão. A respectiva amortização será efetuada nos vencimentos pactuados nas cartas de adesão, sendo que o vencimento final se dará em julho de 2013. Os encargos incidentes sobre o financiamento foram de 1,7% a.a. + 100% CDI e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$66,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor da CEMIG D, nos termos de seus contratos financeiros, era de R\$ 2,6 bilhões. Segue tabela com os principais contratos financeiros nos quais a CEMIG D figurava como parte em 31 de dezembro de 2009.

Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 54,38% da dívida da CEMIG D contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 13,82% da dívida são garantidos por recebíveis.

Restrições impostas à CEMIG D

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco ItaúBBA e ABN (Santander), há covenants financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Banco ItaúBBA:

Ebitda/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patr.liq.+dívida):	menor ou igual a 53%
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/Ebitda:	menor ou igual a 90%
Investimento/Ebitda:	menor ou igual a 60%

Banco ABN (Santander):

Ebitda/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/Ebitda:	menor ou igual a 2,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, uma delas não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Posição em 31/12/2010	

Dívida/(PL + Dívida) Menor ou igual a 53% 56,18%

A CEMIG D obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos “covenants” financeiros até dezembro de 2011, conforme correspondência datada de 23 de dezembro de 2010. Também obteve do Banco Santander dispensa para o cumprimento dos “covenants” financeiros até dezembro de 2011, conforme “de acordo” datado de 30 de dezembro de 2010, constante na correspondência da CEMIG para aquele Banco, nº GF/OF – 1633/2010, de 21 de dezembro de 2011.

Há nos contratos financeiros da CEMIG D cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela CEMIG D requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Cemig D junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A principal alteração que ocorreu no Balanço Patrimonial da Companhia foi a redução em 2010 do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no curto prazo, R\$411 milhões em 2010 comparados a R\$1.752 milhões em 2009. No ano de 2009 a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos e financiamentos, sendo obtido o consentimento dos seus credores após a data de 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, em atendimento as novas normas contábeis, todos os empréstimos com cláusulas restritivas foram transferido em 2009 do curto para o longo prazo e reclassificados novamente para o longo prazo em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

Fornecimento de Energia Elétrica

A energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres, distribuidoras e concessionárias com acesso às redes da Cemig D, no ano de 2010, totalizou 25.037 GWh, com crescimento de 11,02% em relação ao ano de 2009. Esse resultado é uma composição do crescimento de 27,8% no volume de energia transportada, em face da expansão da atividade industrial e da migração de clientes cativos para o mercado livre, e da expansão de 3,4% no mercado cativo, com destaque para as classes Residencial, Comercial/Serviços e Rural.

Venda de Energia – GWh							
Classe	2006	2007	2008	2009	2010	Relação % 2010	Var.% 2010/2009
Industrial	4.839	4.831	5.563	4.826	4.757	20,62	(1,43)
Residencial	6.647	6.813	7.163	7.774	8.134	35,26	4,63
Comercial	3.851	4.078	4.391	4.642	4.776	20,71	2,89
Rural	1.937	2.200	2.296	2.208	2.455	10,64	11,19
Outros	2.666	2.738	2.810	2.847	2.944	12,77	3,41
Total Vendido a Consumidores Finais	19.940	20.660	22.223	22.297	23.066	100,00	3,45

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

□ Residencial:

O consumo residencial manteve-se em crescimento, com uma variação positiva de 4,63% em relação ao ano anterior. O consumo de energia desta classe está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao aumento do consumo final das famílias, em função das condições favoráveis da economia.

Industrial:

A energia consumida pelos clientes cativos e livres representa a maior parte da energia distribuída.

Contribuiu para as vendas desse mercado a expansão da atividade industrial, associada a:

- (I) crescimento das exportações em termos de volume e de valor monetário, este em virtude da elevação dos preços internacionais de matérias primas industriais (minério de ferro, níquel e ouro), de produtos agrícolas (café, açúcar e carne) e matérias primas semimanufaturadas;
- (II) crescimento dos setores contemplados pela política governamental baseada em incentivos de isenção tributária, e
- (III) expansão da produção de itens voltados para atendimento à demanda interna em atividades produtivas e consumo final;

A atividade Extrativa Mineral, que utiliza 15,2% da energia da classe industrial, apresentou crescimento de 28,8%. Todos os ramos da Indústria de Transformação, com exceção de Celulose e Papel e de Fumo,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

apresentaram expansão de consumo, com destaque para Ferroligas (44,5%), Químico (28,4%), Mecânico (23,3%), Material de Transporte (18,6%), Não Ferrosos (18,2%) e Siderurgia (16,5%).

Apesar desses crescimentos nos segmentos industriais, ocorreu uma redução de 1,43% no volume total de energia vendida na classe industrial em função de consumidores anteriormente cativos que se tornaram livres, somente mantendo o relacionamento comercial com a Cemig D no que se refere ao transporte da energia.

□ Comercial:

No Estado de Minas Gerais, os ramos da classe comercial e de serviços mais representativos apresentaram as seguintes taxas de crescimento de consumo no ano de 2010: Comércio Varejista (6,4%), Serviços de Alojamento e Alimentação (1,9%), Comércio Atacadista (9,7%), Serviços de Comunicação (0,2%), Serviços de Saúde (4,4%) e Serviços de Administração de Bens, Loteamento e Incorporação de Bens Imóveis (13,2%).

□ Rural:

Esta classe apresentou crescimento de 11,1% no consumo faturado no ano de 2010 em relação a 2009, relacionado com a ligação de 42.636 novas unidades consumidores e com o aumento da demanda de irrigação em função de baixos índices pluviométricos e de temperaturas acima da média em Minas Gerais durante o ano.

Demais Classes:

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com 12,8% da energia distribuída, consumiram 2.944 GWh e, em conjunto, cresceram 3,41% no ano de 2010, frente a 2009.

Desempenho Econômico - Financeiro

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, o resultado de 2009 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o ano de 2010

Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$441 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$776 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 43,17%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010	2009
--	------	------

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	9.350	9.223
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.640	1.196
Outras receitas operacionais	85	85
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(4.148)	(3.810)
	6.927	6.694

Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

Os principais impactos na receita de 2010 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 3,45% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral em 2010);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;

Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig Geração e Transmissão. Essa receita apresentou um aumento de 37,12% (R\$1.640 milhões em 2010 comparados a R\$1.196 milhões em 2009). Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2010 em decorrência da recuperação da atividade econômica.

Impostos incidentes sobre os valores faturados

Os impostos incidentes sobre os valores faturados foram de R\$4.148 milhões em 2010 comparados a R\$3.810 milhões em 2009. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$435 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$296 milhões no exercício de 2009, representando um aumento de 46,96%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$341 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$344 milhões no exercício de 2009, o que representa uma redução de 0,87%. Os pagamentos são definidos através de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$6.128 milhões em 2010 comparados a R\$5.414 milhões em 2009, representando um aumento de 13,2%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão. Também contribuiu para o aumento das Despesas Operacionais a provisão de R\$178 milhões, decorrente de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais.

Principais variações:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.925 milhões em 2010 comparados a R\$2.483 milhões em 2009, representando um aumento de 17,80%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da rede de Transmissão foi de R\$616 milhões em 2010 comparados a R\$553 milhões em 2009, representando um aumento de 11,39%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$209 milhões em 2010 comparados a R\$66 milhões em 2009, um aumento de 218,31%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$759 milhões em 2010 comparados a R\$880 milhões em 2009, representando uma redução de 13,75%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com o Programa de Desligamento

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Voluntário implementado em 2009, no montante de R\$158 milhões contra R\$15 milhões em 2010 referente complemento da provisão do ano anterior.

Amortização

A despesa com Amortização foi de R\$378 milhões em 2010 comparados a R\$357 milhões em 2009, representando um aumento de 5,89%. Esse resultado decorrem do programa de investimentos da Companhia realizado no ano de 2010 com a entrada em operação de novos ativos de distribuição.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$523 milhões em 2009, representando um aumento de 22,75%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada e instalações de equipamentos elétricos em função da maior atividade de operação e manutenção preventiva no ano na comparação com o ano anterior, e também nos gastos com arrecadação e leitura.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2010 apresentou uma redução de 28,10% na comparação com 2009. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta uma redução de 23,51%.

LAJIDA - R\$ milhões	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	441	776	(43,17)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	134	417	(67,87)
+ Resultado Financeiro	224	87	(157,47)
+ Amortização	378	357	5,88
= LAJIDA	1.177	1.637	(28,10)
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	178	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	15	154	(90,26)
= LAJIDA AJUSTADO	1.370	1.791	(23,51)

A redução do LAJIDA em 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se ao aumento de 13,69% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 3,48% na Receita Operacional Líquida. Consequentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 24,45% em 2009 para 16,99% em 2010.

Os principais efeitos não recorrentes que impactaram no LAJIDA são como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado.
- Registro de provisão em 2010 e 2009 nos valores de R\$15 milhões e R\$158 milhões, respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia. O valor registrado em 2010 refere-se a complemento da provisão registrada em 2009.

Receitas (Despesas) Financeiras

O Resultado Financeiro em 2010 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$224 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$87 milhões em 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

Aumento na despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R\$60 milhões em 2010, comparados a R\$15 milhões em 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M, indexador de alguns contratos, que passou de uma variação negativa de 1,71% em 2009 para uma variação positiva de 11,32% em 2010;

Aumento de 49,7% em outras despesas financeiras, que foi de R\$56.017 em 2010, contra R\$37.410 em 2009. Este aumento decorre, principalmente, de multas emitidas pelo Órgão regulador decorrentes de obrigações regulamentares relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica em períodos anteriores.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134 milhões em relação ao lucro de R\$575 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,30%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$417 milhões em relação ao lucro de R\$1.193 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,95%.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a . introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram no exercício de 2010.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram no exercício de 2010.

c. eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

As primeiras Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS foram em 2010.

As políticas contábeis foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de n°s 15 a 43, das Interpretações Técnicas de n°s 1 a 16 e das orientações técnicas de n° de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição da Companhia.

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de distribuição:

Na atividade de distribuição a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, que não estarão integralmente amortizados até o final da concessão, registrando esse valor como um Ativo Financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no Imobilizado e o Ativo Financeiro da Concessão constituído foi transferida para o Ativo Intangível. Ou seja, os valores registrados no Intangível serão aqueles a serem amortizados até o final da concessão, de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL.

Na Cemig Distribuição, apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016.

Os valores registrados no Ativo Intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços.

Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, entendemos que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual consideramos como nula para fins de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como obrigações especiais, foram adotados os seguintes procedimentos:

o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição a ser amortizado até o vencimento da concessão. Caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como Ativo Financeiro, em conta redutora;

a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como Ativo Intangível, em conta redutora.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre Financeiro e Intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do Imobilizado, a alteração mencionada não alterou o Patrimônio Líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

b) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

A Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

c) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$27.576.

d) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$460.556 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$460.556.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**e) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework)**

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo International Accounting Standards Board – IASB desde 2005.

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis.

f. Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva ou ênfase constou no parecer dos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor-Presidente e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, é responsável por estabelecer e manter um Sistema de Controles Internos eficiente que assegure a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Esse Sistema contempla um conjunto de procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração utilizou os critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, para avaliar a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e concluiu que, em 31 de dezembro de 2010, o Sistema de Controles Internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências relevantes de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Cemig D possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	411.750	452.353	1.037.695	490.847	203.909	194.468	255.973	3.046.995
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	835.539	884.920	894.590	709.063	732.336	755.565	32.559.116	37.371.129
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	69.304	73.878	77.159	61.469	64.043	66.655	2.090.479	2.502.987
Compra de Energia - Leilão	2.332.405	2.400.933	2.387.598	1.965.492	2.269.239	2.396.916	65.152.442	78.905.025
Outros contratos de compra de energia	262.020	276.813	282.381	295.381	294.344	255.427	2.164.571	3.830.937
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	53.579	50.344	32.978	34.957	37.054	39.277	380.312	628.501
Luz para todos 2	431.637	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.396.234	4.139.241	4.712.401	3.557.209	3.600.925	3.708.308	102.602.893	126.285.574

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- Despesas futuras com compra de energia
- Investimentos regulatórios

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) natureza e o propósito da operação**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros 2 (dois) anos do horizonte máximo de 5 (cinco) abrangido pelo Guidance.

O prazo de validade é de 1 (um) ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas ambos conhecidos e desconhecidos. Não há garantia que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da nossa diretoria, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais como o ambiente macroeconômico, das condições de mercado do setor elétrico e nos resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Cemig.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Cemig, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Cemig, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos nossos resultados de operações futuras, planos e objetivos bem como outros fatores. Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Cemig podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Cemig ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Cemig, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Cemig, favor consultar item 4.1 - Fatores de Riscos neste Formulário de Referência e no Form 20F arquivado na U. S. Securities and Exchange Commission – SEC.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Principais Premissas

- As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados pela consultoria especializada “MCM Consultores”, focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores cativos (fornecimento).
- Projeção de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmula paramétrica definida pela Agência reguladora e os impactos na receita da Cemig Distribuição.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória.
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**d) valores dos indicadores que são objeto da previsão**ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG
CEMIG DISTRIBUIÇÃO

INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

GUIDANCE 2008		LIMITES PROJETADOS											REALIZADO			
ORIGINAL													2008			
LAJIDA		2008		2009		2010		2011		2012		2013		Real	Var% Min.	Var% Máx.
(R\$ Milhões Correntes)		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo			
Cemig Distribuição		1.725	1.875	1.470	1.620									1.606	-6,9%	-14,3%

GUIDANCE 2009		LIMITES PROJETADOS											REALIZADO			
ORIGINAL													2009			
LAJIDA		2009		2010		2011		2012		2013		2014		Real	Var% Min.	Var% Máx.
(R\$ Milhões Correntes)		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo			
Cemig Distribuição		1.480	1.716	1.403	1.547									945	-36,1%	-44,9%

GUIDANCE 2010		LIMITES PROJETADOS											REALIZADO			
ORIGINAL													2010			
LAJIDA		2010		2011		2012		2013		2014		2015		Real	Var% Min.	Var% Máx.
(R\$ Milhões Correntes)		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo			
Cemig Distribuição		894	1.093	1.382	1.689											

GUIDANCE 2011		LIMITES PROJETADOS											REALIZADO			
ORIGINAL													2011			
LAJIDA		2011		2012		2013		2014		2015		2016		Real	Var% Min.	Var% Máx.
(R\$ Milhões Correntes)		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo			
Cemig Distribuição		1.451	1.773	1.466	1.792											

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

sbs/mrrs/cfsr

10/06/2011

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a) **informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

A Corporação apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b) **quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada nas próprias tabelas detalhadas no item 11.1.d. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções. Fatores que explicam os desvios nas projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2008

Principais fatores que impactaram os resultados de 2008 na Cemig Distribuição:

- Revisão tarifária cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008;
- Redução na receita com fornecimento de energia no último trimestre de 2008, justificada pelos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira, com forte impacto principalmente na produção industrial.

Guidance 2009

Principais fatores que impactaram os resultados de 2009:

. Dificuldades regulatórias

- Redução da receita de distribuição
 - Mercado menor do que o esperado, em função da crise;
 - Tarifas reduzidas em função da re-revisão da distribuição.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

. Aumento do PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)

- Ano atípico na distribuição

- Excesso de chuvas;
- Gastos em eficiência operacional com retorno mais lento.

. Programa de Desligamento Voluntário – PDV

- c) **quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

O Guidance 2011-2015 foi divulgado no XVI Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte, em 03 de junho de 2011. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência – FR.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;
- deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- convocar a Assembléia Geral;
- fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers” e outros;
- aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;
- anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;
- aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;
- aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e,
- autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta da Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição e transmissão, nos termos da legislação e do Estatuto Social.

Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Anualmente, o Conselho de Administração fará a avaliação de seu desempenho, visando aprimorar suas funções, devendo a metodologia adotada ser previamente aprovada pelos Conselheiros e compor o processo geral de avaliação dos procedimentos e controles internos.

DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar.

O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações necessários à apuração de fatos específicos.

DOS COMITÊS

Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por membros, efetivos e suplentes, do Conselho de Administração para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e, se necessário, pareceres ao Conselho.

Data da instalação dos comitês: 30-08-2006.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- a) Comitê de Apoio ao Conselho – avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões;
- b) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;
- c) Comitê de Recursos Humanos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;
- d) Comitê de Estratégia – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações e a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do Plano Diretor, o acompanhamento do Planejamento Estratégico e do Orçamento Anual, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Empresa no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração;
- e) Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, covenants/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa;
- f) Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios e a Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, pay back, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Novos Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Cada Comitê deverá:

- ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições e de sua Razão de Ser;
- ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornado-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais;
- atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social.

Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;
- examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano Plurianual e Estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico então vigente, assim como suas revisões;
- deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive a realização de

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvado o disposto na alínea “o” do inciso IV do artigo 17;

- aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;
- autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações;
- aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observado o disposto na alínea „h” do inciso I do artigo 17;
- autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembléia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual aprovado;
- examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observado o disposto no artigo 12, alínea “j”, e artigo 16, § 4º, alínea “h”.

A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor- Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea “c” do inciso I, do artigo 17 do Estatuto Social, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Atribuição dos membros da diretoria

Do Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- g) conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;
- h) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- i) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Controle Financeiro de Participações, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

Do Diretor Vice-Presidente:

- a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- b) propor a melhoria das políticas e diretrizes de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- c) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e à gestão estratégica de tecnologia;
- e) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- f) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;
- g) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

Do Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações:

- a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- b) coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia
- c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas;
- d) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;
- f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;
- h) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;
- i) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;
- j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;
- k) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;
- l) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
- m) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;
- n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e, (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

o) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

Do Diretor de Gestão Empresarial:

a) prover pessoal adequado à Companhia;

b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;

c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;

d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;

e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;

g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;

h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;

i) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;

j) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

k) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;

l) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;

m) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;

n) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;

o) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);

p) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

q) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

r) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

Do Diretor de Distribuição e Comercialização:

a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

b) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- c) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;
- d) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- e) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- f) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;
- g) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- h) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- j) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;
- k) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;
- l) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- m) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

Do Diretor Comercial:

- a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia;
- c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- d) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica–CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;
- e) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- f) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;
- g) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- h) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
- i) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- j) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, dos créditos de carbono da Companhia;
- k) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas:

- a) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;
 - d) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;
 - e) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;
 - f) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
 - g) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;
 - h) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;
 - i) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
 - j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;
 - k) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País.
 - l) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, pay back, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);
 - m) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
 - n) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;
 - o) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
 - p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;
 - q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;
 - r) representar a Companhia, nos termos do § 3º do artigo 11 deste Estatuto, nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;
 - s) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.
- Do Diretor sem designação específica:
- a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.
- Do Diretor de Gás:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- a) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;
- b) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;
- c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;
- d) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;
- e) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;
- f) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;
- g) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;
- h) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- j) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

Do Diretor Jurídico:

- a) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e, a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;
- b) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;
- c) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;
- d) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

Do Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:

- a) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;
- b) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- c) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;
- d) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- e) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;
- f) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- g) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;
- h) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;
- i) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;
- j) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- k) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;
- l) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;
- m) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes.

As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

As competências de celebração de contratos e demais negócios jurídicos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não excluem a competência da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, conforme o caso, nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito aos limites financeiros e à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração, quando for o caso

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no presente Estatuto, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no presente Estatuto.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

O limite financeiro estabelecido na alínea “o” do inciso IV deste artigo será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.”.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Item Opcional

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Item Opcional

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O mesmo que a Diretoria (a)

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Item Opcional

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até 30/04/2013	0
007.940.236-49	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Vice-Presidente			
Frederico Pacheco de Medeiros		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até 30/04/2013	0
666.838.586-91	Advogado	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Gestão Empresarial			
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até 30/04/2013	0
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor Comercial			
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até 30/04/2013	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.					
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até 30/04/2013	0
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor			
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até 30/04/2013	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Relações Institucionais e Comunicação			
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até 30/04/2013	0
374.076.436-87	Contadora	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretora Jurídica			
José Carlos de Mattos		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até AGO de 2013	0
070.853.896-72	Professor	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Distribuição e Comercialização			
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até AGO de 2013	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
009.880.816-87	Economista	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Gás			
Adriano Magalhães Chaves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
086.051.928-79	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não há.					
Antônio Adriano Silva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
056.346.956-00	Administrador e publicitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não há					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
539.109.746-00	Técnico Administrativo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Empregado					
Cezar Manoel de Medeiros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
006.688.346-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Nao exerce outros cargos na Companhia					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Francelino Pereira dos Santos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.115.841-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não há					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Empregado					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Guy Maria Villela Paschoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
000.976.836-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não há.					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
603.695.316-04	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Maria Estela Kubitschek Lopes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
092.504.987-56	Arquiteta	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não há					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO em 2013	0
269.960.226-49	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO em 2013	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não há					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO em 2013	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO em 2013	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO em 2013	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Dorothea Fonseca Furquim Werneck		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
261.863.817-49	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/05/2011	Sim	0%
Leonardo Maurício Colombini Lima		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até AGO de 2013	0
065.276.716-87	Contador	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.					
Joaquim Francisco de Castro Neto		Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/12/2011	Até AGO de 2013.	0
026.491.797-91	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/12/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/12/2011	Até AGO de 2013.	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/12/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Bruno Magalhães Menicucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/12/2011	Até AGO de 2013.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/12/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	12/05/2011	Sim	0%
Diretor-Presidente (eleito em 05/05/2010 com mandato até 30/04/2013)					
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO a realizar-se em 2013	0
320.008.396-49	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	12/05/2011	Sim	0%
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas (eleito em 03/01/2011 com mandato até 30/04/2013)					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
026.939.257-20	Jornalista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não há					
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
000.185.326-08	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	29/04/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não há					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Newton de Moura		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
010.559.846-15	Bancário e Economiário	41 - Pres. C.F.Eleito p/Preferencialistas	29/04/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Rafael Cardoso Cordeiro		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
037.496.966-32	Engenheiro Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não há					
Vicente de Paulo Barros Pegoraro		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até a AGO a realizar-se em 2012	0
004.826.419-91	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

O Sr. Porto Neto nasceu em 27/03/1945. Formou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004 ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento de 1996 a 1998. De 1991 a 1994 foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas de 1983 a 1988.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

O Sr. Medeiros nasceu em 1969. Formou-se em direito pela UFMG em 1992. Foi Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça de MG de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

O Sr. Dias Fonseca nasceu em 1958. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo concluído o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela FUPAI/EFEI (Escola Federal de Engenharia de Itajubá), o curso de Pós-graduação em "Gestão Estratégica de Negócios" pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em "Management of Electric Power Utilities" em Estocolmo – Suécia. Professor de Equipamentos Elétricos do curso de pós-graduação de Engenharia de Manutenção da PUC de Minas Gerais. Foi Conselheiro Fiscal da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Vice-Presidente da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica. Profissional de carreira, ingressou na Cemig em 1982, onde ocupou vários cargos, desde engenheiro, Gerente de Controle e Liquidação das Operações de Energia a Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado, cargo que ocupou entre 2007 e 2011. Atualmente exerce o cargo de Diretor Comercial da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 17/02/1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974.

Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e "project finance".

Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006). Atualmente é Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

O Sr. Castro nasceu em 07/07/1957. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG em julho/1982. É pós graduado pela mesma instituição em Análise de Sistemas ênfase em Suporte Mainframe tendo concluído o curso em julho/1983. Em fevereiro de 2000 concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás – CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de outubro/1983 a março/1984.

Iniciou sua carreira na CEMIG como Analista de Suporte no Grupo "Software e Apoio" março/1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Informática, Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Depto.de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG e é Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da CEMIG.

Além das suas atribuições na CEMIG possui é Diretor da HORIZONTES ENERGIA S/A., Membro do Conselho de Administração da CENTRAL TERMELÉTRICA DE COGERAÇÃO S/A e Membro suplente do Conselho de Administração da CENTRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA - CGET e CENTRAL HIDRELÉTRICA PAI JOAQUIM S/A.

Dentre outras funções exerceu os cargos de Diretor Administrativo do CLUBE DE INVESTIMENTOS DOS EMPREGADOS DA CEMIG – CLIC no período de abril de 1999 a abril de 2003, Diretor de Ação Social na SOCIEDADE DE USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DE MG - SUCESU – MG de 2000 a 2002, Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERGERENCIAL DA CEMIG – AIC de julho de 2005 a julho de 2007.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

O Sr. Michalick nasceu em 1951. É formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas entre 1986 e 1987. Foi Assessor de Imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Cemig, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 a Superintendente de Comunicação Empresarial, na qual permaneceu de 2003 a 2011. Desde 2006, integra como representante da Cemig e fundador da plataforma de empresas do Reputation Institute no Brasil. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

A Sra. Guimarães nasceu em 1949. É formada em ciências contábeis e administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo concluído o curso de especialização em Direito Comercial, mestrado e doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI entre 2007 e 2009. Atualmente ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

O Sr. Mattos nasceu em 1946. É professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa. Foi Superintendente Regional (Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro) na Caixa Econômica Federal entre 1983 e 1992, tendo assumido o cargo de Diretor Financeiro entre 1992 e 1994. Nesse mesmo período (1992-1994), ocupou a diretoria do BIAPE – Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo nesse mesmo período. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE e entre 2003 a 2005 atuou como Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG. Foi Diretor-Presidente da

Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - PREVIMINAS, de 2005 a 2006, Diretor-Presidente da GASMIG – Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais, entre 2007 a 2009 e Diretor de Desenvolvimento de

Novos Negócios da Cemig entre 2009 e 2010. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Fuad Jorge Noman Filho é bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub) e pós-graduado em Programação Econômica e Execução Orçamentária pela Universidade de Brasília (UnB). Iniciou sua carreira profissional como funcionário de carreira do Banco Central. Também foi secretário-executivo-adjunto e secretário de Haveres e Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. Fuad Noman também foi secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República e consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), quando prestou assessoria para o Governo de Cabo Verde. Foi presidente da BrasilPrev Previdência Privada, da Associação das Empresas de Previdência Privada (Anapp) e do Conselho de Administração do Banco do Nordeste. Em 2002, Fuad Noman foi eleito líder empresarial do ano no Setor de Previdência pelo Fórum Nacional de Líderes. Já em 2003, assumiu a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, onde conquistou o prêmio Desempenho Governamental, em 2004, pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças (Ibef). Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas - até 06/2010, Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig desde 03-01-2011, Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde 03-01-2011.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Assistente, em nível de Superintendente, na Diretoria de Geração e Transmissão da Cemig e Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, membro da Câmara de Energia da Associação Comercial de Minas Gerais – ACMINAS, membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE e membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antônio Adriano Silva - 056.346.956-00

Mesbla S.A., Empresa Brasileira de Varejo S.A. - Embrava, Agência Jornalística Imagem, Associação Comercial de Minas, Asa Criação de Publicidade e Coteminas. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Ocupa o cargo de Técnico Administrativo e Comunicador Visual na Cemig distribuição S.A.. Atualmente é Diretor do Sindieletrô, membro do Conselho do Prosaúde e membro do Comitê do PCR – Plano de Cargos e Remuneração da CEMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Cia Vale do Rio Doce - Membro do Comitê de Planejamento Estratégico (2003/05);

Acesita - Membro do Conselho de Administração (2003/05);

Arcelor – Membro do Conselho de Administração (2006/08);

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Nos últimos 5 anos, atuou como Presidente do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2002 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos de 1963 a 1979 e vereador da cidade Belo Horizonte de 1951 a 1954. De 1961 a 1966 foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais e Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. De 1985 a 1990 foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e diretor presidente da Acesita, de outubro de 1983 a agosto de 1984. Foi também professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade em Belo Horizonte de 1955 a 1959. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Técnico de Operação Sistema Elétrico e membro suplente do Conselho de Administração. Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração
Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Companhia Energética de Minas Gerais S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Trabalhou na Companhia Energética de Minas Gerais por 28 anos alcançando a Presidência da Companhia.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Atuou como Engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce – CVRD de 1949 a 1951, Engenheiro de Planos Projetos e Obras na CEMIG de 1951 a 1961, Diretor Técnico da CEMIG, de 1961 a 1967. Presidente da CEMIG, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1975 a 1979. Foi Ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. Durante os períodos relatados, foi, interinamente, Secretário de Administração de Minas Gerais, Membro do Conselho Monetário Nacional, Membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, Vice Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Conferência Mundial de Energia. A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de Conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar, Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. De 1984 a 1992 foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Bi – nacional, Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech- SIVAM. Na Coopers and Lybrand esteve na presidência do Comitê de supervisão do Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira. Em 2002, foi Consultor Especial no preparo do Estudo “Minas Gerais no século XXI” de iniciativa e Coordenação do BDMG e Presidente da Assembleia da “Economia e Energia – E&E”, Organização Social. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005. De 2004 a 2005 foi Membro do Conselho de Ética pública do Governo de Minas Gerais.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Gerente de Programação e Controle Financeiro (1993-1998), Gerente de Orçamento e Custos (1999-2005), Superintendente de Controle e Gestão Empresarial (maio/2005).
Em sua vivência profissional o Sr. Vasconcelos participou dos seguintes projetos específicos:

Participação na implementação do Projeto de Balanced Scorecard da Cemig (2003), como coordenador da Diretoria de Finanças e Participações- DFN;
Participação no Projeto de Reestruturação Organizacional da Cemig como representante da Superintendência de Controle e Programação Financeira- FN (2001);
Secretário Executivo do Comitê de priorização de Orçamento - CPO da Cemig (1998-2005);

Membro do Comitê de Negociação Sindical (desde 2003);
Diretor financeiro do Clube de Investimentos da Cemig - CLIC (2001-2005);
Presidente do Clube (desde abril/2005).

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

Decoradora de interiores e empresária. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também conselheira do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro – AME-RIO, e do presidente do conselho da Casa Santa Inez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), e exerceu o cargo de vice-presidente de setembro de 1981 a maio de 2000, e como presidente executiva desde outubro de 2000. Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice-presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de Instituições Benéficas do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez S.A. (AGSA).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Subsecretário de Desenvolvimento Mineral e Metalúrgico do Estado de Minas Gerais
Especialista em recursos Minerais no Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado de Minas Gerais Gerente Geral da Vale S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.
Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Diretor de Gestão Empresarial da CEMIG, Cemig D e Cemig GT desde janeiro de 2007;
Diretor da CEMIG Capim Branco Energia S.A.;
Diretor Técnico da Central Termelétrica de Cogeração S.A.;
Diretor-Presidente de Sá Carvalho S.A.;
Diretor Vice-Presidente de Rosal Energia S.A.;
Diretor Administrativo de CEMIG Serviços S.A.;
Diretor Técnico da CEMIG Telecom S.A. (ex-Empresa de Infovias S.A.);
Conselheiro Vice-Presidente da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.;
Conselheiro da CEMIG, desde 2003, até o presente momento;
Conselheiro da Cemig D e Cemig GT
Conselheiro da TAESA de 2009-2010;
Conselheiro da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

A Sra. Werneck nasceu em 1948. É formada em Economia, tendo concluído com curso de Mestrado na Escola de Pós Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (RJ), o M.A. e o Curso de Doutorado pela Boston College USA. Foi Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo (1995-1996) e Ministra do Trabalho (1989-1990). Foi Gerente Especial da APEX (1999-2002), Secretária Executiva do Ministério da Fazenda (1992), Secretária Nacional de Economia (1991-1992), Secretária de Planejamento Econômico Social (1988-1989), Secretária de Emprego e Salários (1985-1988) e Técnica do IPEA (1975-2003). Nos anos 1993-94 e 1998-99 foi diretora da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade, além de membro dos Conselhos da FUNCEX e da AEB (1999-2005). Foi, ainda, Professora do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (1983-1984) e Professora do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (1978-1980). Atualmente ocupa o cargo de Secretária de Estado de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de Presidente do Conselho de Administração da Cemig.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

O Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima nasceu em 05/04/1946, é brasileiro, casado, formado em ciências contábeis pela Universidade Professor Antônio Carlos, Barbacena, com Especialização em Administração Financeira e Economia pela UNA, Belo Horizonte, e Especialização em Auditoria, Administração, Economia e Finanças pela USP, São Paulo. No Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e desde maio de 2010 é o Secretário de Estado de Fazenda, fazendo também parte dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, e da Gasmig – Companhia de Gás de Minas Gerais. No Governo Federal foi Assessor Especial do Ministro da Casa Civil da Presidência da República. Servidor de carreira do Banco Central do Brasil exerceu, dentre outros cargos, o de Auditor-Chefe de Divisão, Chefe Adjunto do Departamento de Administração Financeira, Delegado Adjunto e Delegado Regional do Banco Central em Minas Gerais. Foi ainda presidente do Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência. Na iniciativa privada foi consultor nas áreas financeira, administrativa e contábil de diversas empresas de Brasília e de Minas Gerais, como a Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje Arcelor-Mittal, onde foi membro do Conselho Administrativo durante 07 anos, e também em empresas de Goiás e Distrito Federal.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Ocupou os seguintes cargos no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.:

Diretor Executivo; Diretor Executivo Coordenador; Vice-Presidente; e, Presidente (de 1974 a 2004).

Membro do Conselho de Administração do Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. (de 2004 a 2008).

Membro do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2007 a 2008).

Presidente do Conselho de Administração da Redecard S.A. (de 2008 a 2010).

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2008 a 2011).

Membro do Conselho de Administração da ABodyTech (de 2008 a 2011).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

- Corporación Quiport S/A (2006-2008)
Diretor de Project Finance
- Concessionária de Serviços Públicos – Aeroportos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Concessões – 45.49%

AECON Concessions (Canadá) – 45.49%

Airport Development Corporation (Canadá) – 9.00%

Houston Airport System Development Corporation (EUA) – 0.02%

- Andrade Gutierrez Concessões S/A (2008 -)

Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos –

Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008.

- Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%

International Finance Corporation (IFC) – 15.00%

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Engenheiro Assistente, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008.

Atualmente, atua em Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos com controle acionário da

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Ministro de Estado das Comunicações
 Interino – de 23-12-1993 a jan/1994
 Efetivo – de jan/94 a jan/95
 Petrobrás Distribuidora S.A.
 Vice- Presidente – de 1995 a 98
 GASMIG
 Presidente do Conselho de Administração – desde 29-01-99
 Diretor Presidente – de 29-01-99 a 15-12-2004
 Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais
 Diretor-Presidente – desde 14-01-99
 Vice- Presidente do Conselho de Administração – desde 14-01-99
 Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.
 Diretor-Presidente – desde 08-09-2004
 Vice- Presidente Conselho de Administração – desde 13-12-2004
 Light S.A.
 Membro do Conselho de Administração – desde 10-08-2006
 Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. – TAESA
 Membro do Conselho de Administração – de 04-11-2009 a 28-12-2009
 Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
 Presidente do Conselho de Administração – desde 04-11-2009

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

- Companhia Energética de Minas Gerais- Cemig: Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição e Superintendente de Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos: 04/1985 até 01/2007; Diretor de Distribuição e Comercialização: desde 01/2007; Membro Suplente do Conselho de Administração: de 2002 a 2004 e desde 01/2007.
 - Cemig Distribuição S.A.: Diretor de Distribuição e Comercialização e Membro Suplente do Conselho de Administração: desde 01/2007.
 - Cemig Geração e Transmissão S.A.: Diretor e Membro Suplente do Conselho de Administração: desde 01/2007.
 - Cemig Telecomunicações S.A.: Membro efetivo do Conselho de Administração, desde 08/2005
 - Companhia de Gás de Minas Gerais-Gasmig: Membro do Conselho de Administração, desde 02/2007.
 -Sociedade Mineira de Engenheiros: Membro do Conselho Deliberativo: desde março/2005
 - Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – CLIC: Presidente, de abril/2002 a abril/2005.
 - Light S.A.: Membro do Conselho de Administração.
 Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, telecomunicações e gás natural, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer coodenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Economista com especialização em gestão de empresas de energia elétrica pela UFPR e mercado de capitais pelo IBMEC, professor de diversas disciplinas ligadas à área de finanças em cursos de Administração da PUCMINAS e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., Cemig, Cemig D e Cemig GT e Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da CemigTelecom.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e telecomunicações, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Trabalhou na ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR, CHESF, CEMAR e ELETROSUL. . Membro do Conselho Fiscal da Light S.A., Companhia Energética de Minas Gerais S.A.: Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A.

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Membro do Conselho de Administração da CEMAT – MT

Membro do Conselho Fiscal da Light S.A.

Diretor da Trad. Ass. e Consultoria

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CONSAG).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Diretor – RCG Engenharia e Empreendimentos Ltda.

Diretor – Jaguará Shoppings

Diretor – 7 Estrelas Agropecuária

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Trabalha na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Newton de Moura - 010.559.846-15

Foi diretor vice presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Nos últimos 5 anos, trabalha como Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC).

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Diretor do Hospital Dr. João Felício Ltda. (Juiz de Fora – MG)

Sócio – Zenite empreendimentos.

É membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

Conselheiro Fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. (2006).

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antônio Adriano Silva - 056.346.956-00

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Newton de Moura - 010.559.846-15

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adriano Magalhães Chaves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até a AGO de 2012
086.051.928-79	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		27/01/2011	0	0%
Não						
Antonio Adriano Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até a AGO de 2012
056.346.956-00	Comitê de Recursos Humanos	Administrador		27/01/2011	0	0%
Não						
Cezar Manoel de Medeiros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
006.688.346-68	Comitê de Apoio Conselho de Administração/Comitê de Estratégia/Comitê Finanças, Auditoria e Riscos.	Economista		04/08/2010	0	0%
Não						
Djalma Bastos Morais	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
006.633.526-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Diretor Presidente						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Outros Comitês		Outros		27/01/2011	Até a AGO de 2012
261.863.817-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Economista	Coordenadora	27/01/2011	0	0%
Não						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até a AGO de 2012
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		27/01/2011	0	0%
Não						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
320.008.396-49	Comitê de Estratégia	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Diretor						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até a AGO de 2012

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
320.008.396-49	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Diretor						
Francelino Pereira dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
000.115.841-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Advogado		04/08/2010	0	0%
Não.						
Franklin Moreira Gonçalves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
754.988.556-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Tecnólogo em processamento de dados		04/08/2010	0	0%
Empregado						
Guy Maria Villela Pachcoal	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
000.798.806-06	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
000.976.836-04	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até a AGO de 2012
000.976.836-04	Comitê de Estratégia	Engenheiro	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Não						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos/Comitê Desenv de Negócios e Controle Emp Controladas e Coligadas	Administrador		04/08/2010	0	0%
Empregado						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até a AGO de 2012

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
603.695.316-04	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Administrador	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Empregado						
Leonardo Maurício Colombini Lima	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		12/05/2011	Até a AGO de 2012
065.276.716-87	Comitê de Apoio Conselho de Administração	Contador		12/05/2011	0	0%
Marco Antonio Rodrigues da Cunha						
292.581.976-15	Outros Comitês		Outros		04/08/2010	Até a AGO de 2012
	Comitê de Recursos Humanos / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro	Coordenador	04/08/2010	0	0%
Não						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha						
292.581.976-15	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS						
	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012 Até a AGO de 2012
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro						
269.960.226-49	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes						
400.540.200-34	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
	Comitê Recursos Humanos / Comitê Estratégia / Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes						
	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
400.540.200-34	Comitê de Desenv de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
428.576.006-15	Comitê Apoio Conselho Adm. / Comitê Recursos Humanos / Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Renato Torres de Faria	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
502.153.966-34	Comitê de Estratégia	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Ricardo Antônio Mello Castanheira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
130.218.186-68	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade / Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Ricardo Coutinho de Sena	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
090.927.496-72	Comitê Gov Corporativa e Sustentabilidade/Comitê Desenv Negócios e Contr Empr Controladas e Coligada	Engenheiro		04/08/2010	0	0%
Não						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		27/01/2011	Até a AGO de 2012
787.495.906-00	Comitê Apoio Cons Adm/Comitê Estratégia/Comitê Desenv Negócios Contr Empr Controladas e Coligadas	Engenheiro		27/01/2011	0	0%
Não						
Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até a AGO de 2012
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		04/08/2010	0	0%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões

Outros cargos/funções exercidas no emissor

Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Renato Torres de Faria - 502.153.966-34

Ricardo Antônio Mello Castanheira - 130.218.186-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Não temos outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A diretoria deste emissor é lotada na Companhia Energética de Minas Gerais.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Documento ainda não preenchido!

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

Diretoria: 0%

Conselho Administração: 0%

Conselho Fiscal: 0%

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileiro	Não	Sim	29/04/2005		
2.261.997.759	100,000	0	0,000	2.261.997.759	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.261.997.759	100,000	0	0,000	2.261.997.759	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Ações em tesouraria					
		Não	Não		
0	0,000	290.920	0,076	290.920	0,043
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
AGC Energia S.A.					
11.221.326/0001-65	Brasileira	Não	Não	16/06/2010	
98.321.592	32,964	0	0,000	98.321.592	14,408
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
BlackRock Inc.					
		Norte Americana	Não	Não	01/12/2009
0	0,000	36.104.343	9,399	36.104.343	5,291
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileiro	Não	Sim	29/04/2010		
151.993.292	50,958	0	0,000	151.993.292	22,273	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Lazard Asset Management LLC						
	Norte Americana	Não	Não	14/04/2010		
0	0,000	19.246.934	5,010	19.246.934	2,820	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
47.954.784	16,078	328.502.717	85,515	376.457.501	55,166	
TOTAL						
298.269.668	100,000	384.144.914	100,000	682.414.582	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Energia S.A.				11.221.326/0001-65		
OUTROS						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	
TOTAL						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BlackRock Inc.					
OUTROS					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000
TOTAL					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Minas Gerais				18.715.615/0001-60	
OUTROS					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000
TOTAL					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lazard Asset Management LLC					
OUTROS					
0	0,000	19.246.934	100,000	19.246.934	100,000
TOTAL					
0	0,000	19.246.934	100,000	19.246.934	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2011
Quantidade acionistas pessoa física	27
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	247.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	11.872.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	28.145.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Energia Elétrica Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	34.883.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Passivo - Energia Elétrica Comprada para Revenda						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	252.369.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Despesa - Energia Elétrica Comprada para Revenda						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	333.441.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Energia Elétrica Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	2.805.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Outros					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	6.598.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Outros					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2010	10.761.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	31/12/2009	35.555.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	3.782.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	9.884.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	4.992.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	21.639.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	50.842.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	202.306.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	53.579.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Forluz	31/12/2009	58.651.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	78.524.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	91.817.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Forluz	31/12/2010	45.798.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Outros					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	25.412.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Outros					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	45.845.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Despesa com pessoal					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Forluz	31/12/2009	47.064.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Despesa com pessoal					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Contribuições da CEMIG para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	9.603.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	10.361.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2010	1.316.001.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego - não circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Forluz	31/12/2009	1.304.228.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego - não circulante					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	8.619.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	1.700.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Ativo - Consumidores e Revendedores						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	83.800.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Receita - Consumidores e Revendedores						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	81.026.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Receita - Consumidores e Revendedores						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação		Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.				
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	145.528.000,00				0,000000
Relação com o emissor		Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais				
Objeto contrato		Ativo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS				
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação		As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.				
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	149.686.000,00				0,000000
Relação com o emissor		Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais				
Objeto contrato		Ativo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS				
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação		As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.				
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	217.203.000,00				0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	237.276.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	2.184.006.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	2.078.024.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuições - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	39.893.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	60.619.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Consumidores e Revendedores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	46.714.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Tributos Compensáveis - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	44.315.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Tributos Compensáveis - ICMS					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	162.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Energia Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	236.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Passivo - Energia Comprada para Revenda						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	5.051.000,00				0,000000
Relação com o emissor						
Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minas Gerais						
Objeto contrato						
Despesa - Energia Comprada para Revenda						
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Light S.A.	31/12/2009	4.965.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energetica de Minsa Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Energia Comprada para Revenda					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.					
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2010	113.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas ou Controladores					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladas ou Controladores					
Garantia e seguros						
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Outros	31/12/2009	109.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas ou Controladores					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladas ou Controladores					
Garantia e seguros						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção						
.....						
Natureza e razão para a operação						
.....						
Posição contratual do emissor						
.....						
Outros	31/12/2009	37.000,00				0,000000
Relação com o emissor	Coligadas e Controladas ou Controladores					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladas ou Controladores					
.....						
Garantia e seguros						
.....						
Rescisão ou extinção						
.....						
Natureza e razão para a operação						
.....						
Posição contratual do emissor						
.....						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Não houve

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/07/2005	2.261.997.787,00		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/07/2005	2.261.997.787,00		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/05/2005	2.261.997.787,00		2.261.997.787	0	2.261.997.787

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 4ª Emissão em série única ("NPs")
Data de emissão	28/12/2011
Data de vencimento	22/12/2012
Quantidade	8
Unidade	
Valor total	100.000.000,00
R\$	
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As NPs somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de Restrição e observado o disposto na Instrução CVM 476/2009, as NPs poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, serem negociadas em bolsa de valores sem que a Emissora tenha o registro de que trata o artigo 21 da Lei 6.385/1976, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, nos termos dos parágrafos 2º e 4º do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990, a partir de 30 dias contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as NPs em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das NPs. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada NP, nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do artigo 7º da Instrução CVM 134/1990.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

Juros Remuneratórios: 106% da Taxa DI.
 Garantia: as NPs contam com o aval da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
 Crédito: sem preferência. Concorre com os demais credores.
 Restrições ao Emissor: não há.
 Hipóteses de Vencimento Antecipado: qualquer dos Titulares das NPs poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das NPs de que seja detentor e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das NPs acrescido da Remuneração e dos encargos devidos, calculados pro rata temporis a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Emissora e/ou da Garantidora, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (a) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme aplicável, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data de vencimento da obrigação; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora, sem a prévia anuência dos Titulares das NPs que representem 75%, no mínimo, das NPs em circulação, salvo se por determinação legal; (e) incorporação da Emissora e/ou da Garantidora por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal; (f) privatização da Emissora e/ou da Garantidora; (g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou pela Garantidora que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Garantidora; ou (h) inadimplemento injustificado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Assembleia de Titulares das NPs: A Emissora, os titulares de NPs que representem 10%, no mínimo, das NPs em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das NPs ("Assembleia") a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada NP caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de NP da Oferta Restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das NPs que representem mais de 50% das NPs em Circulação, observados os quoruns específicos. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das NPs que representem, no mínimo, 75% das NPs em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (i) à Remuneração das NPs; (ii) ao prazo de vencimento das NPs; (iii) à Garantia; e/ou (iv) às hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia dos titulares das NPs ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das NPs que representem, no mínimo, 90% das NPs em Circulação.

Outras características relevantes

Banco Mandatário: Banco do Brasil S.A.
 Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram destinados para reforço do capital de giro.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

Mercados de Negociação de Valores

As debêntures são registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures , administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

As Notas Promissórias são registradas para negociação no mercado secundário por meio do NOTA, sendo as negociações liquidadas na CETIP.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Documento ainda não preenchido!

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando a que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da CEMIG aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as Bolsas de Valores e a SEC, se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas Bolsas de Valores, e ainda caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Ato ou Fato Relevante, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.